DISCURSOS SELECIONADOS DO
PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Discursos Selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek

Luíza Helena Nunes Pinto
Organizadora

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2010

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Júlia Lima Thomaz de Godoy
Juliana Corrêa de Freitas

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Nota: O editor manteve a ortografia dos texots originais, publicados entre 1956 e 1961.

Impresso no Brasil 2010

Brasil. Presidente (1956-1961). Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
68p.

ISBN: 978.85.7631.186-7

1. Política - Brasil. 2. Política Externa - Brasil. I. Kubitschek, Juscelino, Presidente. II. Título.

CDU 32(81)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Biografia, 7

No tribunal Superior Eleitoral, ao receber o diploma de Presidente da República – Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1956, 9

No Clube Ideal, sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia – Manaus, 18 de abril de 1956, 11

Na Associação Comercial de Santos, sobre café, relações internacionais, investimentos estrangeiros e outras questões de desenvolvimento nacional – Santos, 28 de janeiro de 1957, 17

No Palácio do Catete, quando da assinatura da declaração relativa ao tratado de amizade e consulta entre o Brasil e Portugal – Rio de Janeiro, 11 de junho de 1957, 23

Discurso à Nação e aos representantes diplomáticos dos Estados Americanos acreditados junto ao governo brasileiro – Rio de Janeiro, 20 de junho de 1958, 27

Balanceando a política externa continental, em reunião da comissão brasileira da operação Pan-Americana, no Palácio do Itamarati – Rio de Janeiro, 6 de dezembro de1959, 33

Despedida ao povo carioca, pela "Voz do Brasil" – Rio de Janeiro, 19 de abril de 1960, 39

No Palácio do Itamarati, perante os membros do conselho da Operação Pan-Americana – Rio de Janeiro, 19 de abril de 1960, 41

Na praça dos Três Poderes, dirigindo-se aos operários que construíram a capital – Brasília, 20 de abril de 1960, 47

Discurso de JK na inauguração de Brasília – Brasília, 21 de abril de 1960, 51

Discurso pronunciado ao ensejo do Ano Novo, fazendo uma síntese das posições adotadas pelo Brasil no campo nacional, continental e internacional – Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1960, 55

Biografia de Juscelino Kubitschek

Médico, nascido na cidade de Diamantina, estado de Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902. Foi chefe do Gabinete Civil do estado de Minas Gerais (1933 – 1934). Filiou-se ao Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, elegendo-se deputado federal em 1935, cargo que exerceu até o fechamento do Congresso, com o golpe de 1937. Foi nomeado prefeito de Belo Horizonte (1940 – 1945), participou da criação do Partido Social Democrático (PSD) em Minas Gerais, elegeu-se deputado federal (1946 – 1950) e governador de Minas Gerais (1951 - 1955). Concorreu à Presidência da República pela coligação PSD-PTB, tendo como vice João Goulart, e tomou posse em 31 de janeiro de 1956, após grave crise política. Com o fim de seu mandato, elegeu-se senador por Goiás (1962 – 1964). Após o golpe militar de 1964, teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Exilado, retornou ao Brasil em 1967. Faleceu em um acidente automobilístico na via Dutra, próximo a Resende, em 22 de agosto de 1976.

No Tribunal Superior Eleitoral, ao receber o diploma de Presidente da República

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1956.

Recebendo das mãos de Vossa Excelência, Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, os diplomas de Presidente e Vice-Presidente da República, experimentamos uma sensação ao mesmo tempo de júbilo e de terrível responsabilidade. O júbilo vem de ter tido desenvolvimento pacífico e legal a crise brasileira; quanto à temerosa responsabilidade, estão na consciência de todos os inúmeros problemas que tem de enfrentar quem vai governar êste país.

Jubilosos estamos, Senhor Ministro Presidente, porque de agora em diante sabemos melhor, por uma extraordinária experiência vivida, o quanto é difícil desrespeitar a lei; aprendemos todos nós como é poderosa a fôrça da justiça, a que todos devemos submeter-nos, desde os mais graduados aos mais humildes.

Sentimo-nos confortados e tranqüilos com a nossa consciência. Senhor Ministro Presidente e Senhores Ministros, não por nos vermos alçados agora à posição de chefe de Govêrno, mas por têrmos sido, em tôda a campanha — cujo epílogo é a proclamação e diplomação a que êste egrégio Tribunal acaba de proceder — simplesmente mas sem desfalecimentos, defensores da lei, homens que não deixaram de confiar um só instante nas leis de seu país.

Não duvidamos, mesmo nas horas mais difíceis, que o nosso país já estivesse amadurecido suficientemente para que as regras e fundamentos da moral e do direito resistissem a tôda sorte de desregramentos da paixão. O ato de hoje, neste Tribunal, fortalece o princípio de que não vinga mais entre nós o arbítrio e de que a lei é forte. Só se podem incluir, aliás, no número dos

países civilizados, aquêles em que as regras do jôgo político são invioláveis, depois de aceitas. Só se podem considerar de fato constituídos em nação os povos para os quais a lei é objeto de acatamento, de limitação de sentimentos bruscos de desgovêrno.

Não é apenas a nós, Senhor Presidente e Senhores membros desta alta côrte, a quem consagram Vossas Excelências supremos magistrados da República Brasileira; o que se consagra aqui, também e muito mais, é a vontade popular, fonte de tôda a autoridade nas democracias. O que proclama êste Tribunal é a submissão à vontade do povo; o que defende o ato de hoje é a confiança e a esperança popular na lei.

Nesta hora solene, queremos reafirmar que pretendemos construir tôda a nossa autoridade na obediência à lei e a nada mais aspiramos. Da lei não nos afastaremos um só momento, sob qualquer pretexto. Tôda nossa segurança virá sempre da lei.

Agradeço, em meu nome e em nome do eminente companheiro Doutor João Goulart, a Vossas Excelências, Senhores Ministros, o exemplo de isenção, de imparcialidade, de rigorosa austeridade dado ao país. O segrêdo do equilíbrio e do prestígio deste Tribunal, a que a civilização brasileira deve mais um grande serviço, reside em duas virtudes fundamentais — a prudência e a altivez, que caracterizam os magistrados brasileiros. São Vossas Excelências prudentes, cautelosos, invariavelmente atentos na defesa da justiça e do direito.

Não nos cabe agradecer o ato desta hora. O que devemos fazer é felicitar o Brasil por ter a serviço da vontade de seu povo homens como os que compõem o Tribunal Superior Eleitoral: homens do valor, das qualidades morais e da dedicação à causa pública de Vossas Excelências.

E usando desta oportunidade, que é o marco final de uma caminhada áspera e terrível, queremos mais uma vez reafirmar o nosso desejo de reunir, numa obra afirmativa da fôrça e do poder criador da nacionalidade brasileira, todos os homens de boa vontade, todos aquêles que colocam alto o interêsse da pátria, tão necessitada, nesta hora, de desvêlo, de cuidado e de trabalho. Sentimo-nos mais do que nunca animados do ardente desejo de trabalhar incansavelmente pela paz da família brasileira.

Pedimos a Deus que nos inspire e nos dê o sentimento da grandeza de nossa missão.

No Clube Ideal, sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Manaus, 18 de abril de 1956.

Aqui estou em visita a esta imensa região do Brasil, a Amazônia, que merece não só o atencioso desvêlo e a solicitude dos governos, mas a aplicação de tôda a energia de que dispomos e de tôda a técnica que conseguirmos obter, para a solução do maior dos problemas que nos preocupam, que é o de encontrar uma interpretação adequada, uma compreensão justa, um modo de agir, a fim de que se possa mover, num longo ritmo criador, o mundo que é esta grande região de nosso país.

A Amazônia delimitada pela lei ocupa 60% do território nacional, e a sua população, com dados bem aproximados, em 1950, era de 6,83% da total brasileira, com uma densidade demográfica de 0,7 habitante por quilômetro quadrado. É pouco mais ou menos o deserto, um grande tesouro que se acha encoberto. Estamos diante do drama da terra enigmática à espera da energia humana que a subjugue, discipline e dela faça um fator de enriquecimento do país e da consolidação de sua independência econômica.

Não raro, na minha labuta interminável no Palácio do Catete, desviado por problemas de reduzida importância, roubado, espoliado no meu tempo, que não é afinal meu, mas dêste país a que me devotei, entravado pela lentidão burocrática, vem-me ao espírito êste mundo abandonado, que uns poucos heróis mantêm e sustentam, sabe lá Deus com que esfôrço, com que sacrifício, com que tenacidade. E a lembrança do muito que há a fazer, de tudo o que é preciso construir para a configuração dêste desmesurado território, me assalta

a consciência, me fere e me inquieta. A Amazônia não pode ser apenas um tema literário, um assunto internacional, um paraíso de histórias exóticas, um campo para aventureiro em busca de emoções novas. A Amazônia não é mais um mundo ao nascer, um mundo estirando os braços ao seu despertar. A Amazônia é um problema de govêrno que deve ser colocado com grandeza e exatidão. É mais do que um problema de govêrno: é na verdade um problema de consciência da nacionalidade.

Aqui estive por diversas vêzes, candidato à presidência da República, e fiz promessas concretas. Volto presidente, no pleno exercício do meu cargo, para dizer-vos que não é em vão que aqui estou, que não pouparei nenhum esforço para responder ao velho e jamais atendido apêlo desta região, que quer deixar de ser matéria para lamentações e gritos assustados dos que procuram escapar ao tédio e à monotonia da vida.

Vim para dizer-vos que o candidato e o presidente não são duas pessoas diferentes, mas uma só, solidariamente unidas no cumprimento das promessas feitas.

Não vos prometi, povo da região amazônica, milagres, nem jurei forçar imprudentemente o ritmo do progresso. O que anunciei que faria é cabível, é possível e é indispensável, está ao alcance de nossas fôrças. A Amazônia, como sabeis melhor do que ninguém, é uma área-problema de transcendente significação sentimental. Possui condições peculiares que exigem soluções próprias e novas, e a sua recuperação econômica não pode ser retardada.

A solução dos problemas da Amazônia é em grande parte facilitada pela existência de uma rêde hidrográfica de extensão sem paralelo, constituída de rios volumosos e de curso desimpedido, o que permite o transporte e escoamento de sua produção. Com recursos minerais ainda mal conhecidos, mas que as pesquisas já realizadas revelam ser consideráveis, é a Amazônia, das terras atualmente desabitadas e inexploradas do globo, aquela de recuperação e desenvolvimento mais fáceis. Dessa forma a sua valorização pode ser definida como um esfôrço nacional para assegurar a sua colonização em um sentido brasileiro, para constituir nesta região uma sociedade econômicamente estável e progressista.

Foi com essa finalidade que se criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que pretendo ver executado durante o meu govêrno, através de uma política eficiente de crédito, que estimule as atividades econômicas existentes na região e possibilite o investimento de novos capitais.

Para a execução do Plano, é necessário que se proceda a estudos e pesquisas do potencial econômico da grande área; que se instalem estações experimentais e escolas profissionais; que os problemas de saúde sejam resolvidos através de uma rêde de hospitais regionais e postos de assistência em todos os municípios; que os meios de transporte e comunicações atendam às necessidades de circulação dos produtos; que, em síntese, sejam cumpridos todos os programas dos setores da produção agrícola, recursos naturais, transporte, comunicações e energia, saúde e desenvolvimento cultural, visando à recuperação indireta dos investimentos empenhados, seja, o melhor conhecimento da riqueza e de seu devido aproveitamento, a par da recuperação do homem.

É do mesmo modo essencial que a irrigação de crédito se faça de forma condizente, aproveitando as condições que se apresentem favoráveis. A ação governamental terá de influir decisivamente, através de um sistema peculiar de crédito, para que, com sua presença, as atividades privadas se sintam estimuladas a colaborar no esforço de aumentar a produção e elevar o padrão de vida da região. Só assim o Plano de Valorização Econômica da Amazônia será uma realidade.

O sistema de crédito vigente na Amazônia não se identifica com os objetivos de sua recuperação econômica, pois opera em bases meramente comerciais. Os estabelecimentos atuam com processos superados, que só servem para encarecer a produção, com prejuízo para o produtor.

Divergindo da prática bancária dos estabelecimentos que operam na base de depósitos, é salutar a atuação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e do Fundo de Fomento à Produção, do Banco de Crédito da Amazônia.

Há necessidade, porém, de incrementar e desenvolver a ação das instituições de crédito do govêrno, estendendo-a ao interior e tornando mais acessível o financiamento, dentro de uma política subordinada às diretrizes do Plano de Valorização da Amazônia.

O problema foi bem equacionado pelo Congresso Nacional, quando da elaboração da Lei n.° 1.896, que permitiu ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia contar com um crédito reversível, adaptado ao nível de emprêgo e renda, sem caráter especulativo, de fácil acesso aos pequenos produtores.

Posso dizer-vos, portanto, considerando os programas já apresentados, que espero considerável participação da Amazônia na execução dos projetos que visam atingir as metas econômicas fixadas no meu plano de desenvolvimento nacional.

Segundo os dados de que disponho, ao fim do meu qüinqüênio de govêrno, trabalhando com afinco, a Amazônia contribuirá com vinte milhões de pés de seringueiras, que produzirão borracha no valor de dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros por ano, com a produção de setenta mil toneladas de cimento, cem mil toneladas de papel e trinta mil de celulose, bem como a exportação anual de duzentas mil toneladas de minério de ferro.

Esta região privilegiada vai contribuir, no período de 1956-1960, com uma fonte realmente considerável de divisas, graças à exportação de manganês, castanha-do-pará, minério de ferro, borracha e madeiras.

Para alcançar esses objetivos, o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia contará com uma importância total da ordem de treze bilhões de cruzeiros, que serão aplicados integralmente no financiamento a todos os setôres da produção, com a alta finalidade de criar riquezas, de incrementar as iniciativas, de construir, enfim, um centro vital de progresso para o país neste hoje imenso deserto.

Para a realização dêsse vasto programa, deverá a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia contar com a ajuda da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Quero fazer uma menção especial ao problema de alimentação, uma das preocupações primordiais do meu govêrno. Neste setor, a que dedico o melhor dos meus esforços, espero que a aplicação dos recursos com que conta a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia consiga aumentar a população animal, tomando como base o ano de 1952, em índices da ordem de trinta por cento, que é o mínimo estimado para o crescimento da população bovina, elevando paralelamente sua produtividade, de modo a permitir um maior aproveitamento do rebanho, sem prejuízo dessa mesma produtividade.

A Amazônia contribui com 0,72% da produção agrícola nacional, produção insuficiente para alimentar a sua pequena população, obrigada a importar alimentos, quando pode tornar-se um centro de exportação, principalmente de produtos industrializados. O Brasil não descobriu ainda o tesouro que representa o peixe da Amazônia, a castanha-do-pará e inúmeros outros produtos desta terra fértil e generosa.

Deixei para o fim o caso do petróleo. Informa- me o presidente da Petrobrás que as esperanças de encontrarmos uma breve solução para o difícil e tardo problema da exploração do nosso combustível líquido já se estão transformando em realidade, em coisa concreta, em possibilidades verdadeiras.

Recomendei sempre que se anunciassem com prudência as boas notícias, pois as nações adoecem de ilusões perdidas. Mas tudo leva a crer que teremos, em breve, notícias positivas para dar ao povo desta região e de todo o país. Como prova e sinal certo, embora limitado, de que o esforço construtivo na Amazônia já começa, aí está praticamente concluída a refinaria de Manaus, moderníssima indústria plantada num chapadão, de onde se vê, da confluência do rio Negro e do Solimões, o caudal do grande rio legendário. Essa refinaria é um produto do esfôrço de vossa gente, pois, se ela se ergue como um desafio do mundo técnico à força telúrica da paisagem trasbordante, foram amazonenses que a criaram e brasileiros os que tão rapidamente a montaram.

Que Deus permita que esta região se transforme e desenvolva. É o destino do Brasil e não apenas o vosso que o exige.

Na Associação Comercial de Santos, sobre café, relações internacionais, investimentos estrangeiros e outras questões de desenvolvimento nacional

Santos, 28 de janeiro de 1957.

Quero, ao iniciar estas palavras, exprimir minha grande satisfação em encontrar-me nesta brasileiríssima cidade de Santos, berço de José Bonifácio, cidade ativa e graciosa, de onde embarcam os frutos de ouro das culturas cafeeiras de São Paulo que vão abastecer os mercados mundiais e aonde chegam os equipamentos e as matérias-primas que ainda importamos e que se destinam a aumentar e abastecer o parque industrial dêste grande Estado, desta terra paulista, que vai prolongando, na era da energia nuclear e das mais ousadas conquistas tecnológicas, o espírito das bandeiras, que é o espírito da conquista e da juventude.

Santos é o grande pôrto ativo do grande Estado ativíssimo, mas, como tôdas as cidades que são portos de mar, esta aqui tem um aspecto, uma face tranqüila, um lado voltado para a paz meditativa. Em Santos, tenho a impressão de que não se vivem apenas sôfregamente as experiências, os casos e os problemas, mas de que também há tempo para contemplar o que acontece e pensar no que vai acontecer.

Falo de uma tribuna ilustre, a desta Associação Comercial, de uma tribuna onde já se fizeram ouvir homens de responsabilidade, de várias tendências, todos empenhados em debater problemas nacionais, em ajudar a pensar sôbre o difícil, o grave, mas apaixonante caso do Brasil. Agora mesmo acabamos de ouvir um discurso que se distingue, pela sua sinceridade e pela diversidade dos temas que aborda, das outras orações que se costuma fazer em

circunstâncias como esta, de visitas de chefes de Estado e demais solenidades no gênero.

O presidente desta Associação Comercial, Senhor Alceu Martins Parreira, ao receber-me nesta casa em que se cultivam as nobres tradições dos nomes respeitáveis que fizeram o poderio desta praça de Santos, teve a sinceridade de confessar as suas filiações políticas e relembrar a circunstância de ter militado ao lado das correntes partidárias que não apoiaram a minha candidatura. É, pois, um fato auspicioso, uma demonstração de que há em nossa vida democrática um lado de urbanidade, o que hoje está acontecendo nesta Associação, e que homens que lutaram em campos opostos nos prélios eleitorais podem entender-se e saudar-se de público e juntos abordar temas que não pertencem a nenhum partido, mas ao país, que é de todos e cujo bom ou mau destino a todos interessa.

A circunstância de ter participado da luta política em campos opostos, não exclui a possibilidade de um entendimento, de uma colaboração entre cidadãos que visam a um único objetivo — que é o de servir ao Brasil da melhor maneira possível.

Falando em Santos — cidade ao mesmo tempo nacionalista e internacional pelos seus contatos com o exterior — quero abordar, sem hesitações, o problema das nossas relações com os Estados Unidos da América. Os portos de mar e as cidades situadas nas fronteiras se parecem e se identificam na mesma preocupação de saber, de conhecer, de distinguir o que se passa no mundo, de verificar em que situação nos encontramos diante dos outros países com que mantemos relações. O mar vizinho e o chão estrangeiro ao alcance da vista importam nessa dupla maneira de ver e sentir as coisas, que é simultaneamente amor acendrado ao solo pátrio e uma curiosidade pelo que vai do outro lado. O orador desta Associação, com o tato que se manifesta em tôdo o seu discurso, alude às campanhas que no Brasil têm sofrido os Estados Unidos da América e parece demonstrar o desejo de uma definição sôbre êsse assunto, de minha parte. Compreendo bem que em Santos, o maior centro de exportação de café do mundo, haja preocupação com o estado das relações brasileiras com o país amigo, que é, além do mais, o maior comprador da nossa produção cafeeira.

Creio que sôbre o estado de nossas relações com os Estados Unidos da América, melhor do que quaisquer discursos, a grande resposta foi a assinatura do acôrdo para o estabelecimento da estação de teleguiados em Fernando de Noronha; não há palavras, aliás, que signifiquem mais do que um ato

como êsse, recentemente praticado, que traduz a convicção e, mais do que isso, a consciência de que estamos identificados numa mesma causa, que é a de defender a paz no mundo e a integridade dos povos que desejam continuar livres, e que pertencemos, juntamente com os norte-americanos, a um mesmo sistema. Não fôssem essa convicção e essa consciência de uma identidade profunda, não fôsse a certeza dos mesmos riscos que os dois países correm e a necessidade de garantir a paz, fortalecendo a segurança continental, nenhum preço nos teria levado a concluir as negociações da maneira como foram concluídas.

A unanimidade com que tôda a opinião sensata do país recebeu o acontecimento provou, em abundância, que a ação do govêrno se pautou pela mais rigorosa conveniência nacional.

Dito isto, não posso deixar de afirmar que aspiro a uma nova política de colaboração com os Estados Unidos da América em que as realizações concretas sejam maiores. Não diminuo nem obscureço o que foi feito até aqui. Posso mesmo afirmar que o govêrno do Presidente Eisenhower não faltou a nenhuma das combinações feitas ao meu govêrno, e que as conversas que tivemos os dois em Key West e Panamá resultaram em coisas positivas. O ano passado entraram para o Brasil mais do que em qualquer ocasião, em financiamentos, cêrca de 355 milhões de dólares, quantia ainda não superada em época alguma. Além disso, os investimentos realizados no Brasil por capitais norte-americanos sobem a 232 milhões de dólares, que, somados com os financiamentos, vão a quase 600 milhões de dólares, entrados no Brasil no ano passado. Seria inútil negar a evidência — os norte-americanos são os nossos melhores clientes, e êste pôrto de Santos envia mar afora para os portos dos Estados Unidos da América produtos que se transformam em divisas indispensáveis à nossa existência de país cheio de necessidades para seu desenvolvimento. Às afinidades numerosas que nos ligam aos Estados Unidos da América, à consonância dos mesmos princípios e a essa idêntica necessidade de liberdade para viver e respirar que é o clima espiritual e moral do nosso continente, não podemos esquecer de unir o complemento material, as ligações de compra e venda, e muitas outras.

Deus louvado, não estamos em desacôrdo em nenhum ponto essencial com a nação norte-americana, embora muitas coisas precisem ser discutidas e ainda não se tenha fixado, a meu ver, com a compreensão necessária, a atenção dos Estados Unidos da América na circunstância de sermos um país em marcha rápida para um grande destino, e não apenas um país de futuro.

O problema de segurança do Brasil é problema de desenvolvimento, e não é justo nem razoável que não encontrem as duas nações amigas fórmula de aumentar os limites de uma colaboração que dará fecundos resultados comuns.

O ritmo de colaboração brasileiro-norte-americana deve ser ampliado, quer no campo técnico, quer no campo dos investimentos. O que se verifica hoje *é* apreciável, mas não merece adjetivo mais forte. Temos de compreender os norte-americanos como êles são, e êles nos devem aceitar como somos. Não há outra maneira de haver entendimento entre os dois povos, senão partindo do respeito que a personalidade de um merece ao outro.

Precisam os industriais e homens de negócio da grande nação do continente de se convencer de que as relações com o Brasil já não devem ser colocadas no plano do *export-import,* mas que somos país que tem de produzir matérias-primas e transformá-las, enriquecê-las aqui mesmo, embora devamos exportar também essas matérias-primas — pois que necessitamos, por nossa vez, de importar também o que não existe ou não foi ainda encontrado em nossa terra. O que desejo repetir com clareza é que os nossos amigos e antigos aliados nos devem considerar como país em acelerada viagem para a industrialização. Quanto a nós, forçoso é que nos capacitemos de que os melhores investimentos estrangeiros são os que visam ao lucro e que êstes são sempre os mais interessantes e os únicos verdadeiramente desejáveis para uma nação como o Brasil, uma grande nação como o Brasil. Necessitamos de capitais geradores, de capitais produtivos, de investimentos que venham a dinamizar o ativo de nosso país.

O Brasil não caminhará como deve e precisa caminhar sem que fique bem fixado o seguinte: não venceremos nossa crise apenas poupando ou nos conservando na defensiva — temos de enfrentar resolutamente as dificuldades que se apresentam, criando e provocando prosperidade. Os capitais que vierem ajudar-nos nessa conquista devem ser considerados amigos. Não há capital colonizador a não ser nas colônias. Num país como o Brasil o que é colonizador é a ausência de investimentos, ausência de emprêgo de capitais. Não somos mais nação colonizável. Acreditar na possibilidade de sermos escravizados por influências do dinheiro estrangeiro é o mesmo que concluir pela nossa fragilidade, pela nossa anemia completa e irremediável, é ofensa à nossa personalidade nacional e ao nosso caráter de povo formado.

Somos uma nação que atravessa sérias dificuldades, mas já somos um país importante, mesmo com os nossos erros, e o nacionalismo que se preza, o nacionalismo a favor e não contra a nação precisa crer que ninguém é

bastante forte para desviar o Brasil do seu caminho, que nenhuma influência maléfica será capaz de impedir o surto do nosso desenvolvimento.

Se alguma coisa, aliás, nos falta, é têrmos consciência exata de que somos irremediavelmente um grande país. Não podemos convencer os outros dessa realidade, quando não estamos dela convencidos.

Desejo um novo espírito em nossas relações com os Estados Unidos da América, mais amplo ainda do que o presente, mais de acordo com os nossos mútuos intêresses, mais coerente com as necessidades da segurança mútua.

Não vos espanta a possibilidade de riqueza, não vos perturba a riqueza. Pelo vosso pôrto passa a parte mais substancial de um produto a quem o Brasil deve não direi tudo que tem, mas a maior parte do seu desenvolvimento. Certo não podemos ser exclusivamente país do café, mas o café é e será produto real, que nos forneceu os elementos para encetarmos a nossa marcha para a industrialização, para levarmos adiante êste país que aí está atravessando horas difíceis, mas que cresceu de maneira irreconhecível em cinqüenta anos.

Não passou, e longe está de passar, a era do café; o café não será na vida econômica do Brasil apenas uma fase, um ciclo que, uma vez vencido, entra em decadência, desaparece. Uma nação que possui um patrimônio, como é o nosso caso com a cafeicultura, um patrimônio de tão grande importância, que rende o que êle nos rende, um patrimônio cujos frutos são indispensáveis à nossa vida, um país que possui um servidor, um amigo, uma coluna mestra como é o café, não pode deixar de tratar êsse fiel servidor, êsse amigo dedicado, essa coluna mestra, com o cuidado, as precauções, o devotamento que merece sua ação tão prodigiosamente benéfica.

Não faltará o meu govêrno ao café e aos cafeicultores — e não digo isso com o ar de protetor munificente, que não pretendo ser — mas com consciência de que não zelar pela maior fonte de divisas de nossa terra é cometer crime grave contra a nação.

Há pouco tempo estêve aqui o meu ministro da Fazenda, Doutor José Maria Alkmin, e nesta mesma tribuna da Associação Comercial vos deu precisões sôbre a política cafeeira. Nada tenho a acrescentar ao que disse o ministro. A orientação é firme e será cumprida. A situação de nosso principal produto será defendida pela adoção de medidas comprovadamente úteis para a coletividade cafeeira, tais como a elaboração do regulamento de embarque, financiamento, amplo combate à fraude, providências inadiáveis sem as quais não há sistema econômico que resista.

Aproveito êste ensejo para apelar, também por minha vez, para os cafeicultores. Não é só o govêrno que deve defender o nosso produto chave, mas, principalmente, os que lidam, os que plantam, os que cuidam diretamente da nossa riqueza. A êstes quero dizer e lembrar que não estamos sozinhos no mundo como produtores de café. Ê necessário que a defesa de nossa extraordinária riqueza se faça também pelo aprimoramento da qualidade e na melhoria da sua produtividade.

Precisamos melhorar a qualidade, precisamos oferecer aos nossos clientes cafés finos, e temos de encontrar meios para aumentar o rendimento de nossa agricultura. O café não precisa apenas de uma atenção muito especial na sua agricultura, atenção técnica, atenção e zêlo no apuramento de sua qualidade. Não nos basta produzir muito; precisamos produzir bem e com bom rendimento. Não haverá nenhuma valorização que signifique algo fora da valorização verdadeira e específica. A política do govêrno é, aliás, de evitar valorizações químicas que resultam sempre em prejuízos inevitáveis. Tôdas as valorizações provocadas por processos forçados resultaram em depreciações ruinosas. A não intervenção do govêrno no mercado, salvo em momentos excepcionais, é o que devem desejar todos os que trabalham no ramo sem mero sentido especulativo.

Mais de uma vez tenho visitado São Paulo, depois de presidente. Posso dizer que sou amigo dêste grande Estado, amigo certo em tôdas as horas. Não faltou e não faltará a São Paulo por parte do Govêrno Federal nenhuma medida que estimule e garanta o grande impulso com que êste Estado caminha para a frente, para atingir as metas do desenvolvimento nacional.

No Palácio do Catete, quando da assinatura da Declaração relativa ao Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1957.

Senhor Presidente Craveiro Lopes,

O auspicioso acontecimento, que é a troca de conclusões entre as comissões instituídas em Portugal e no Brasil para estudar as medidas adequadas à execução do Tratado de Amizade e Consulta, coroa-se e completa-se na declaração conjunta que ora tenho a honra de firmar com Vossa Excelência.

Criando a Comissão Mista Brasil—Portugal, destinada ao exame e ajustamento daquelas conclusões, segundo os legítimos interêsses das duas comunidades, o govêrno de Vossa Excelência e o meu govêrno demonstram firmemente que não querem ver o pacto firmado em novembro de 1953 como simples eco de vagas idealidades e aspirações. Querem, e tudo farão para consegui-lo, que esse pacto entre a operar de modo efetivo, produzindo imediatos e concretos resultados.

Nas gratas horas passadas em Portugal, como Presidente eleito, tive a honra de trocar idéias com Vossa Excelência e com o preclaro Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, sôbre muitos dos problemas que interessam em comum às nossas pátrias. Naquela ocasião, prometi a mim mesmo que não terminaria os dias do meu govêrno, sem antes ter dado, no que compete ao Brasil, todos os passos para integral cumprimento dêsse Tratado de raízes tão profundas no sentimento das duas nacionalidades. Tratado cuja importância avultará à medida que se dilatar, entre as nações

civilizadas, o prestígio a que fazem jus os povos de língua portuguêsa, não apenas pelo seu crescimento demográfico e pelas riquezas que detêm nos seus vastos territórios, mas principalmente pelo ideal de paz e de fraternidade de que se fizeram paladinos.

Não poucas são as dificuldades que têm de ser vencidas para inteiro cumprimento do compromisso que nossos povos assumiram no magno ajuste. Mas tão veemente é, entre portuguêses e brasileiros, o desejo de dar-lhe execução, tão alto é o objetivo visado, tão amplos horizontes vem o Tratado descortinar à comunidade luso-brasileira, que nenhum obstáculo, nenhuma diversidade, nenhuma particularidade local será suficientemente poderosa para prevalecer sôbre a idéia-fôrça, a vontade em marcha, que êsse pacto representa.

A Comissão portuguêsa e a brasileira desempenharam devotadamente a sua tarefa. Cabe, agora, à Comissão Mista ultimar a obra, sugerindo, em instância superior, providências que venham dar pronta eficácia ao Tratado. Estou certo, Senhor Presidente, de que essa nova comissão irá trabalhar com o mesmo fervor e discernimento das que a precederam. Estou certo de que uma superior compreensão dos fins que nos propomos — e que, pela sua magnitude, nos convidam a mirar longe e alto — permitirá aos representantes dos dois países remover todos os tropeços, superar todos os óbices.

A fôrça dêsse Tratado de Amizade e Consulta reside precisamente em que não consiste num frio pacto, numa artificiosa construção de chancelarias. Antes de revestir o caráter de compromisso, preexistia êle como criação afetiva, como ideal longamente acarinhado na sensibilidade dos dois povos. Anseios recíprocos por uma união mais estreita, veementes e fraternos apelos partiam de um e de outro lado do Atlântico, no afã de sobrepujar distâncias e particularismos e vincular mais estreitamente o mundo criado pelo arrôjo lusíada.

A comunidade luso-brasileira, agora projetada como entidade política em instrumento diplomático de extraordinárias conseqüências, existia, pois, há muito, como realidade espiritual, a que a estrutura jurídica que se esboça apenas vem dar forma objetiva, na esfera das relações entre os dois Estados. Na verdade, jamais se quebraram os vínculos afetivos entre a antiga Metrópole e a Pátria que nasceu de seus flancos. As inevitáveis dissenções da época de nossa emancipação política não tiveram maior profundidade que uma rusga de família. Em breve se desfizeram e um irreprimível impulso de fraternidade

passou a enlaçar as duas pátrias. Portuguêses nunca cessaram de vir para o Brasil e aqui ajudar-nos a construir uma grande civilização de raízes portuguêsas e cristãs. E brasileiros jamais deixaram de acolher os portuguêses como irmãos, como consangüíneos, como camaradas que se sentem presos por algo mais forte que a comunidade de idioma, e que é a comunhão de valores morais e espirituais, a coincidência de sentimentos diante do mundo, a mesma humana compreensão das coisas, o mesmo estilo de vida. Portuguêses e brasileiros temos uma só alma nacional e nosso desejo de união é nostalgia da primitiva unidade. Vinculando-nos tão fortemente no plano internacional, não fazemos mais que reunir e soldar os fragmentos dessa mesma alma coletiva, que se dispersou na admirável epopéia da expansão lusíada no mundo.

Na pessoa de Vossa Excelência, Senhor Presidente, quero saudar neste histórico momento a gloriosa Nação Portuguêsa, de que Vossa Excelência é lídimo representante, pelas suas nobres virtudes de cidadão e de homem de Estado. A presença de Vossa Excelência a êste ato é mais um testemunho da perfeita concordância de sentimentos, hoje, mais do que nunca, existente entre portuguêses e brasileiros — que, impelidos por generosas aspirações e altos desígnios, prosseguem, de mãos dadas, a épica jornada de seus maiores.

Discurso à Nação e aos representantes diplomáticos dos Estados Americanos acreditados junto ao Governo Brasileiro

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1958.

Creio chegada a hora de um pronunciamento claro e sincero do Brasil em relação a alguns assuntos de política internacional. É a hora de o nosso país dizer, com maior calor e objetividade do que o tem feito até aqui, o que pensa no debate que se vem travando entre as fôrças que, dividindo o mundo, se defrontam e se ameaçam, e ora se aproximam, ora se afastam, transformando a época em que vivemos num tecido de inquietações e sobressaltos. Não é admissível que uma nação como esta não tenha que opinar com maior autoridade naquilo que põe em permanente perigo a existência das sociedades humanas, uma vez que estão em jôgo, necessariamente, também os nossos interêsses mais vitais.

Já não nos é possível continuarmos em atitude próxima ao alheamento, mais como assistentes do que participantes do desenrolar de um drama em cujas conseqüências estaremos envolvidos, como se nele tivéssemos atuado de forma ativa. O não compartilharmos, senão simbolicamente, da direção de uma política, o não sermos muitas vêzes ouvidos nem consultados — mas ao mesmo tempo estarmos sujeitos aos riscos dela decorrentes — tudo isso já não é conveniente ao Brasil. Apesar das dificuldades de caráter econômico ligadas ao nosso processo de crescimento, já atingiu êste país um grau, no plano espiritual e material, que é forçoso reconhecer-se-lhe, não apenas o direito, mas a obrigação de fazer-se ouvido. Não pode êle continuar aceitando passivamente as orientações e os passos de uma política com a qual não é

cabível esteja apenas solidário de modo quase automático, solidário por hábito ou simples conseqüência de posição geográfica. Reclamamos o direito de opinar e colaborar efetivamente — o que é um imperativo de nação que se sabe adulta e deseja assumir a plenitude de suas responsabilidades numa política que é a sua própria.

Verifico que no Brasil — e creio que nos demais países do Continente — amadureceu a consciência de que não convém mais formarmos um mero conjunto coral, uma retaguarda incaracterística, um simples fundo de quadro. Êste tipo de representação no drama do mundo não interessa a ninguém, menos ainda à grande democracia norte-americana.

Uma participação dinâmica nos problemas de âmbito mundial — é êste pelo menos o pensamento do meu Govêrno — deve ser precedida de uma rigorosa análise da política continental. Foi êste o exato sentido de minha intervenção junto ao Presidente Eisenhower.

Quanto à Operação Pan-Americana em vista, desejo ressaltar o que já foi por todos compreendido: o Brasil pretende apenas colaborar, na medida de suas fôrças, para um entendimento geral e efetivo entre os países irmãos do continente. Nada pleiteia para si, isoladamente, nem haverá, nas gestões específicas da Operação iniciada, cabimento para conversações bilaterais. Não há, nesta comunidade de nações livres, pretensão a liderança que logre resultados fecundos e duradouros.

Um dos fatôres mais auspiciosos das possibilidades de êxito desta campanha — cuja idéia não é minha, nem de meu país, mas de todos os povos da América — está em que não medram entre nós competições de prestígio. Pelo que depreendo, tanto das reações que agora tenho observado, como da experiência que recolhi dos contatos com personalidades de relêvo, visamos todos a um esfôrço conjunto para o fim exclusivo de transformar o pan-americanismo em realidade viva, numa política de ardente fraternidade e de indestrutível unidade continental. E estou certo de que o realizaremos. Sei bem — e não necessito de nenhum novo elemento de convicção — que a fôrça e, mesmo, a possibilidade de êxito de uma emprêsa tão grande como esta, que pretende a revisão de tôda uma política, se concentra na energia pertinaz e no desprendimento dos egoísmos. A indagação, amiga e oportuna, que dirigi ao Presidente Eisenhower foi grito de alerta contra a guerra fria que já começa a apresentar os seus primeiros sintomas em nosso continente: que fizemos, de real, pela causa do pan-americanismo? Não será bom procedermos a um exame de consciência coletivo? Tem êsse sentido minha

mensagem ao Presidente Eisenhower, homem provado cm lutas e responsável pela defesa e preservação de valores caros à civilização ocidental.

Nas duas grandes guerras que o nosso tumultuado século conheceu, sofreram os Estados Unidos da América a imolação de incontáveis existências da sua preciosa juventude. Êste foi o investimento supremo feito voluntariamente em favor do direito e da dignidade da pessoa humana.

Deus sabe, porém, que, apesar de muitos sacrifícios e muito sangue derramado, os Estados Unidos da América, hoje mais do que nunca, necessitam e têm sêde de justiça pela sua contribuição em favor da liberdade do mundo.

Procurar-se-iam, em vão, nas páginas da história universal, exemplos de assistência tão desinteressada quanto a do Plano Marshall e a dos programas de ajuda e de empréstimo executados pelo Govêrno dos Estados Unidos da América, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. É oportuno ressaltar, entretanto, que quase tôda a ênfase foi posta na reconstrução, sem que suscitasse igual interêsse o muito sério problema do desenvolvimento dos países de economia ainda rudimentar. Nêsses treze anos que se seguiram ao fim da luta contra o totalitarismo, os Estados Unidos da América voltaram o melhor da sua atenção e recursos para os pontos do globo onde mais acesa se apresentava a disputa Leste-Oeste.

Assim, a América Latina, que também contribuíra para a vitória democrática, viu-se, em pouco, em situação econômica mais precária e aflitiva do que a das nações devastadas pela guerra e passou a constituir o ponto mais vulnerável da grande coligação ocidental.

Essas observações decorrem apenas do dever de advertir os nossos aliados e amigos dos graves riscos em que incidiriam, no caso de persistirem em não se dar conta de uma crise de existência inegável e conseqüências imprevisíveis. É oportuno assinalar, entretanto, que o pensamento do Presidente Eisenhower, expresso na carta que me remeteu, vem ao encontro das nossas preocupações no que toca aos problemas do subdesenvolvimento.

Não se poderá, em conseqüência, prestar maior serviço ao ideal pan-americano do que o de tentar eliminar a sua grande chaga: o subdesenvolvimento. Não se trata de resolver uma simples situação econômica nem unicamente de colocar a questão em têrmos de reclamação de auxílios, a pretexto de uma determinada política para as zonas desamparadas do continente. O que representa o estado de miséria e de ausência de um mínimo de confôrto para sêres humanos não é um fenômeno apreciável somente em

têrmos econômicos. Há uma definição política, e ética também, para o subdesenvolvimento. Difícil é difundir o ideal democrático e proclamar a excelência da iniciativa privada no mundo, quando em nosso Hemisfério predominam condições econômico-sociais, reflexos do subdesenvolvimento, conducentes ao estatismo. E também não é justo nem concebível que nos intitulemos defensores e nos declaremos dispostos a lutar pela moral cristã, se não fizermos um esfôrço conjunto no sentido de erradicar o sofrimento que pesa sôbre tantas vidas.

Não creio que haja alguma possibilidade de êxito em fundarmos uma sólida união, se diversos elos da cadeia continuarem tão desigualmente resistentes.

Não há tempo a perder, nem gastos irreprodutivos no combate à doença do subdesenvolvimento. Se procedentes alguns cálculos que apresentam índices impressionantes de um crescente desenvolvimento dos países opostos ao nosso sistema democrático, não há de fato imprudência maior do que a de não atacar de frente a anemia econômica que debilita zonas inteiras dêste lado do mundo. Sanear essas zonas, revigorá-las, torná-las mais prósperas equivale a usar medidas preventivas e estratégicas de grande sabedoria, alcance e segurança. Para atingirmos êsse alto objetivo poderíamos valer-nos de corretivos há muito preconizados, mas cuja aplicação plena não deve ser mais retardada.

Assim, deveria ser intensificado o investimento pioneiro em áreas economicamente atrasadas do continente, a fim de contrabalançar a carência de recursos financeiros internos e a escassez do capital privado. Simultaneamente, para melhorar a produtividade e, por conseguinte, a rentabilidade dêsse investimento, desdobrar-se-iam os programas de assistência técnica. De igual significação e de grande urgência seria a adoção de medidas capazes de proteger o preço dos produtos de base das excessivas e danosas flutuações que o caracterizam. Finalmente, deveríamos atualizar os organismos financeiros internacionais, mediante ampliação de seus recursos e liberalização de seus estatutos, com o objetivo de facultar-lhes maior amplitude de ação. Êsses assuntos, e outros que mereçam ser propostos, deveriam encontrar o seu fôro próprio em reunião do mais alto nível político do continente, na qual, ao contrário do que tem acontecido, fôssem dadas soluções práticas, eficazes e positivas.

A luta contra o subdesenvolvimento, sem excluir a justiça e a lei moral, que condenam como impiedosa a coexistência da miséria e do excesso de

riquezas, representa investimento a longo prazo, de rentabilidade segura, para a defesa das Américas.

Consentir que se alastre o empobrecimento neste Hemisfério é enfraquecer a causa ocidental. Não recuperar, para um nível de vida compatível com os foros da dignidade humana, criaturas que englobamos na denominação de povos irmãos, é semear males em terreno propício para as mais perigosas germinações.

Mas, se é preciso que os mais favorecidos se dediquem a essa causa de fundamentos políticos, éticos e econômicos, fôrça é que se forme um ambiente continental receptivo, uma atmosfera de compreensão capaz de suprimir resistências negativas provocadas por longa intimidade com a desesperança.

Não há missão mais elevada do que essa. Não há mais nobre cruzada para os que se tornaram poderosos e fortes graças ao espírito de iniciativa e ao trabalho criador.

Ninguém duvida de que as nações dêste continente saberão encontrar um dia a sua redenção econômica, mesmo que não se efetive a operação de unidade e colaboração mútua como a que se tenta planejar. Mas longo é o caminho e muitas gerações serão sacrificadas numa penosa espera. A causa ocidental sofrerá inelutavelmente se lhe faltar apoio no próprio Hemisfério em que o avanço do sistema materialista encontra resistências morais mais decididas.

Ninguém se iluda: é impossível empenharem-se numa mesma campanha, integrarem-se no mesmo combate, povos de condições de vida tão díspares, e fazê-los adotar os mesmos valores, e experimentar as mesmas reações diante de certas ocorrências e doutrinas.

Esta é uma verdade que necessita ser reconhecida e proclamada enquanto é tempo. A união das Américas, além de um ideal, é um imperativo da nossa sobrevivência.

Balanceando a Política Externa Continental, em Reunião da Comissão Brasileira da Operação Pan-Americana, no Palácio Itamarati

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1959.

Ao aproximar-se a data em que, na hospitaleira capital do Equador, se realizará a Undécima Conferência Interamericana, julgo necessário procurarmos examinar o estado atual da Operação Pan-Americana, e definir alguns dos seus aspectos, pois o nosso movimento vai ter, nessa importante reunião do órgão supremo da Organização continental, a sua etapa decisiva, para entrar enfim na fase de plena atuação de seus objetivos.

Convém, preliminarmente, que tenhamos bem presente o conteúdo dessa campanha, a sua significação nos dias que correm, os fins que colima. Não sei de outro movimento de opinião no Continente que mais curiosidade e maiores debates haja provocado, não só na América, como em vários países europeus. E, malgrado o "muro de silêncio" que se afirma existir entre a opinião pública dos Estados Unidos e as demais nações do Hemisfério, amortecendo o eco de iniciativas dêsse gênero, começam a surgir sinais de que, mesmo na grande República do Norte, até aqui tão ocupada com seus compromissos globais, a Operação Pan-Americana já desperta curiosidade, intêresse e compreensão. Nestes últimos tempos, numerosas manifestações nos têm mostrado que altas figuras da vida pública norte-americana passaram a cogitar seriamente dos temas propostos em nosso exame de consciência coletivo sôbre os problemas continentais. Como se apresentam hoje êsses temas, que evolução sofreu a linha política originária da Operação Pan-Americana? Eis perguntas que importa responder, se quisermos saber, nós

próprios, nitidamente, o que desejamos. Em primeiro lugar, não se conservaram imutáveis as circunstâncias que deram nascimento à Operação Pan-Americana. Os têrmos políticos da conjuntura experimentaram, como é natural, alteração já bem sensível. Notam-se, na situação política mundial, transformações de certa monta, embora de alcance ainda desconhecido. A perspectiva de uma guerra nuclear altamente destruidora, que, há dois anos, se afigurava iminente, vai por fortuna tomando a figura de hipótese cada vez mais longínqua e improvável, seja por se terem aguçado o instinto de conservação e o bom senso, seja porque tenha de fato aumentado a compreensão entre os homens.

Não me parece, contudo, que a visão de novos e auspiciosos panoramas, no quadro geral das relações entre as maiores potências, tenha invalidado a Operação Pan-Americana. É lícito afirmar, ao contrário, que nossa cruzada de solidariedade continental ganhou atualidade ainda maior e assenta hoje em dia sôbre fundamentos talvez mais sólidos. É que a idéia central da Operação Pan-Americana consiste em ressaltar o caráter imperioso da luta pelo desenvolvimento, bem como a necessidade de complementar, mediante uma ação conjunta multilateral, os esforços que cada Estado emprega para tal fim no plano interno. Ganhou corpo e criou raízes a convicção de que devemos imprimir novos rumos à vida da família continental, tendo em vista a aceleração do nosso desenvolvimento, a plena mobilização de nossos recursos, a convergência da iniciativa para a obra de redenção de vastas áreas ainda relegadas ao abandono.

Não tiveram as nações latino-americanas a pretensão de lançar uma nova doutrina política, nem muito menos de encontrar fórmulas aberrantes de cooperação internacional. Nas reuniões de delegados das vinte e uma repúblicas, que se verificaram no curso da Operação Pan-Americana, resultou claro que não cogitávamos de solicitar um auxílio caritativo para o nosso desenvolvimento, e que não nos reuníamos para suplicar amparos unilaterais, mas que tínhamos em vista buscar, em conjunto, meios de reforçar eficazmente a ação de cada Estado em prol do desenvolvimento econômico.

As nações latino-americanas deram-se conta de que necessitam de maior objetividade no exame de seus problemas, não bastando para solucioná-los o calor dos debates de natureza ética ou política. Carecemos em primeiro lugar, de uma nova política da qual decorra a articulação e execução de enérgicas medidas de natureza concreta. Sabemos, todos nós, que urge acompanhar o ritmo do mundo moderno, que não podemos viver apenas de

vagas aspirações, quando temos diante de nós uma grande e bem definida tarefa. Esta há de ser também um ideal, obrigação, ponto de honra e dever. Não mais consentiremos, sem desdouro, que continuem na miséria, vegetando em condições atentatórias aos nossos princípios mais caros de respeito à pessoa humana, êsses milhões de seres que o destino fêz cidadãos do Novo Mundo.

Não vejo motivo para retirar uma só palavra do que tenho afirmado a tal respeito, desde o lançamento da Operação Pan-Americana. A nossa verdadeira causa, a causa que nos reclama e congrega, não pode deixar de ser prioritariamente a da nossa prosperidade, a da nossa melhoria, a da libertação de parte considerável de nossas populações ainda privadas dos elementos indispensáveis a uma existência condigna, à altura dos ideais de bem-estar individual e coletivo que inspiram a democracia. Não podemos estar sinceramente integrados em qualquer pensamento, sistema ou linha de idéias que não signifique, ao mesmo tempo, uma garantia para nossa liberdade e um caminho para nossa segurança. Por amarga experiência própria, já nos convencemos de que os países que só podem tirar o seu sustento da extração e comércio de matérias-primas, são países condenados à dependência econômica, à estagnação, a um incerto e perigoso futuro. O Chefe da Delegação brasileira à presente Assembléia Geral das Nações Unidas, Senhor Augusto Frederico Schmidt, falou por direta recomendação minha quando, em discurso perante a Comissão Econômica, afirmou que nossa determinação de promover o desenvolvimento e incrementar o processo de industrialização do país não decorre de uma ambição excessiva, mas da nossa convicção de que estaremos em perigo, como nação, se agirmos de outro modo.

Sabemos que, em tôdas as atividades da produção que constituem fontes de divisas, teremos de enfrentar as competições de países em que o trabalho é mais bem apoiado mecânicamente, ou recebe remuneração inferior, porque menos livre. Não ignoramos as graves ameaças que pesam sôbre nós em razão de uma tecnologia a que não temos ainda acesso e que não reconhece limites às suas possibilidades. Sentimos o risco de não recuperarmos a distância perdida, se nada fizermos para romper os isolamentos nacionais e concertar uma ação unida, que evite a dispersão ou a duplicação inútil de energia. Sabemos, também, que são nossos amigos, exata e exclusivamente, aquêles que compreendem a contingência por que passamos. Não desejamos, de modo algum, nos organizar em bloco fechado, hostilmente competitivo em relação a outros agrupamentos regionais. No que toca ao Govêrno brasileiro

— e não penso incorrer em êrro ao supor seja a mesma a posição de todos os Govêrnos latino-americanos — a Operação Pan-Americana não exclui de modo algum, antes encara com simpatia e interêsse, a possibilidade de uma intensificação da cooperação econômica com os países extracontinentais que nos possam trazer contribuição útil contra o subdesenvolvimento. Sabemos tudo o que devemos à Europa e é com justificada esperança que nos damos conta de que o ressurgimento europeu se afirma cada vez mais. Uma vez por tôdas, quero precisar aqui o pensamento do meu país, que me parece conforme aos postulados da Operação Pan-Americana. Somos povos irmãos, cada um, porém, com seus problemas peculiares, suas características inconfundíveis. Desejamos conservar nossa individualidade própria, mas a diversidade não pode e não deve constituir obstáculo à realização de uma obra comum, que será mais fecunda, porque mais livre e consciente. O interêsse do pleno desenvolvimento dêste Hemisfério deve, no entanto, resultar de um ideal compartilhado por todos. Juntos, formamos um grande mercado potencial, em contínua expansão; unidos, poderemos criar vasta zona de política econômica homogênea e se nos abrirão maiores possibilidades de investimentos para aquisição de técnica em realizações que ultrapassem a capacidade de um só país. Não conheço uma só razão fundada contra a nossa união, dentro do respeito que devemos dispensar uns aos outros, como nações soberanas. Os países mais afortunados do Continente estarão em condições de colaborar no esfôrço geral com meios de maior envergadura que os dos menos favorecidos; mas a tarefa requer a participação intensa de todos, do maior ao menor. Os maiores e mais fortes econômicamente, os mais desenvolvidos, só terão a lucrar com um processo geral de desenvolvimento harmônico.

O que reclama a Operação Pan-Americana para êste Continente corresponde a um fenômeno que se está verificando em tôda a parte: a concentração de famílias e interêsses regionais para um objetivo de promoção econômica e criação de riqueza. Já somos bastante adultos para não aparecermos como o continente da divisão, das divergências, das retaliações, ao passo que, em nosso próprio território, lavram, e ameaçam estender-se como um câncer, os males da estagnação: a fome, a doença, a incultura. Nada mais explosivo, vergonhoso ou revoltante do que verificarmos, por exemplo, que raríssimas regiões do mundo nos podem disputar a primazia em matéria de mortalidade infantil. Sei que há nações em nossa família a salvo dessa dramática situação, mas lanço mão de índices globais, uma vez

que analiso os problemas colocando-os no centro, no âmago da solidariedade americana. Os que não estão atingidos diretamente por êsses males, ou pela pobreza dentro de suas próprias fronteiras, estão no palco pelos efeitos de tão nobilitante solidariedade.

Quando perguntam, com a intenção de negar ou diminuir a Operação Pan-Americana, o que ela já produziu, minha resposta é que representaria já ampla justificação do nosso movimento o simples fato de ter despertado o inconformismo, a revolta contra a miséria, o desejo de recuperar o tempo perdido. E não somente operamos essa profunda mobilização psicológica, como damos os primeiros passos no caminho das medidas concretas. Isso se deve a todos os Govêrnos aqui reunidos e presentes na pessoa de seus enviados diplomáticos e do eminente Chanceler do Equador, que ora nos dá o prazer de sua visita.

Mas não nos haveremos de deter, quando a caminhada apenas se inicia. Muito esperamos da próxima Conferência de Quito, pois tudo indica que os Estados participantes desejam fazer dessa reunião um marco decisivo do novo pan-americanismo. Confio, assim, em que os trabalhos determinados pela Resolução primeira da Conferência dos 21 em Buenos Aires nos permitam chegar a um texto de recomendações básicas para a fase preliminar da nossa luta contra o subdesenvolvimento. Necessitamos de ver objetivamente expostos, por ocasião do encontro de Quito, os males que nos afligem, bem como um conjunto de propostas realizadas para a cura tão almejada.

Não selamos qualquer compromisso, seja de quem fôr, em matéria de investimentos financeiros. Mas temos o direito de esperar que a elaboração do *plano básico do reerguimento econômico da América Latina* não deixe de contar, desde já, por parte de todos que estão em condições de fazê-lo, com um apoio de grande envergadura em matéria técnica. Pelo menos nesse terreno, parece-nos natural aguardar que nos ajudem a encontrar êsse caminho. Isto é o mínimo, se quisermos corresponder à ansiosa espectativa dos povos da América.

Antes de concluir, quero dizer-vos que tomei conhecimento, com o mais vivo interêsse, do discurso pronunciado no Itamarati pelo jovem e brilhante chanceler do Equador. As observações do Senhor Carlos Tobar constituem mais uma prova do seu descortino de estadista e evidenciam o perfeito acôrdo de pontos de vista entre nossos dois países no tocante aos princípios e objetivos da Operação Pan-Americana. Estou convencido das boas razões do Chanceler equatoriano quando assinala, em particular, que a cooperação

econômica entre os Estados representa um signo marcante desta segunda metade do século. Eis porque a Operação Pan-Americana, ao enfeixar, em tôrno do tema do desenvolvimento, as aspirações latentes e as reivindicações expressas dos nossos povos, conseguiu despertar adesão unânime e provocar várias reuniões importantes das 21 Repúblicas. Como o Senhor Tobar, penso que devemos preservar o dinamismo de processo e substância que caracteriza a Operação Pan-Americana. Merece a maior simpatia e atento exame a proposta por êle formulada no discurso a que me referi. Parece-me conveniente que o Comitê dos 21, órgão que serve precipuamente aos objetivos do nosso movimento, não encerre as suas atividades antes que as possa deferir a um instrumento igualmente dinâmico. A idéia do Govêrno equatoriano, manifestada pelo seu Ministro do Exterior, é a de emendarmos a Carta da Organização dos Estados Americanos no sentido de que seja o Conselho Interamericano Econômico e Social substituído por um Conselho de Desenvolvimento Econômico, dotado de autoridade executiva e autonomia análoga à do próprio Conselho da Organização.

Na reunião do Comitê dos 21 em Buenos Aires, o Brasil e outros países propuseram um projeto de resolução, hoje aprovado pelo Conselho da O.E.A. a fim de que o Conselho Interamericano Econômico e Social sofresse uma reforma destinada a aparelhá-lo às novas responsabilidades ligadas à luta contra o subdesenvolvimento. Se a proposta equatoriana de criação de um novo Conselho fôr agradável aos demais países irmãos, o Brasil não terá dúvida em apoiar tal fórmula, certamente mais completa, dando o seu voto favorável a uma reforma da Carta naquêle sentido.

Meus Senhores: a Operação Pan-Americana nasceu para unir o Continente, não para criar divisões. Temos também como certo que a maior parcela do esfôrço em prol do fim comum deverá recair sôbre cada país em particular, pois nação alguma poderá superar suas dificuldades e encontrar o caminho redentor, sem que se empregue a fundo nessa tarefa vital. A Operação Pan-Americana é um fruto do amadurecimento da consciência continental e, não, um movimento romântico, generoso, mas ineficaz. Independentemente, livres, mas sempre unidos, conseguiremos acertar o passo com o nosso tempo.

Despedida ao povo carioca, pela "Voz do Brasil"

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1960.

Povo Carioca! À tranqüilidade de consciência pelo dever cumprido se reúne a tristeza do adeus a esta encantadora cidade do Rio de Janeiro, que, com inexcedível generosidade, hospedou o Govêrno durante quase dois séculos.

A transferência não se faz sem os efeitos de natureza emocional. Confesso que me acho possuído, ao transmitir-vos esta mensagem de afeto e reconhecimento, pela sensação de estar perdendo alguma coisa — o privilégio de viver convosco, altivo, nobre e culto povo que, com o correr do tempo, vim a conhecer melhor e cada vez mais amar.

Estou certo de que, embora de longe, o magnetismo da vossa cidade continuará a imprimir caráter particular a decisões fundamentais para os rumos do Brasil e que os vossos centros de cultura prosseguirão jorrando a luz que dirige a marcha do Brasil para o seu grande destino.

Bem sabeis que, ao cumprir o preceito da Constituição que determina a mudança da Capital do país para o planalto central, atendemos a um imperativo de nossa formação republicana federativa. Com êsse passo, remontamos às nossas raízes históricas e rendemos, aos varões ilustres que se constituíram patriarcas da Nação brasileira, homenagem das mais grandiosas de quantas lhes foram prestadas.

Deixo a responsabilidade da administração do Estado da Guanabara a um dos meus mais dedicados auxiliares, Embaixador José Sette Câmara Filho,

que demonstrou, em todos os momentos, firmeza de caráter, inteligência arguta e excepcional exação no cumprimento dos deveres. Será êle um digno sucessor dos eminentes Prefeitos, Doutores Sá Lessa, Negrão de Lima e Sá Freire Alvim, que o precederam, aos quais, de público, manifesto o meu mais sincero e efusivo reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados à cidade do Rio de Janeiro, durante o meu Govêrno.

Quero render, aqui, homenagem ao vosso último Prefeito, Doutor Sá Freire Alvim, honrado homem público, administrador dos mais eficientes, realizador de inúmeras obras que em definitivo hão de marcar a sua gestão à frente do executivo municipal.

Ao despedir-me, asseguro que, enquanto eu fôr Presidente da República, há de dar-vos o Govêrno Federal inteira colaboração, a fim de que o Rio de Janeiro mantenha o título com que o mundo todo o consagra — Cidade Maravilhosa.

No Palácio do Itamarati, perante os membros do Conselho da Operação Pan-Americana

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1960.

Foi desejo meu participar desta reunião, às vésperas da mudança da Capital Federal, para, a um só tempo, despedir-me do Palácio Itamarati e reafirmar as linhas da política exterior de meu Govêrno, principalmente no tocante à Operação Pan-Americana.

Não poderia o Govêrno partir para a nova Capital, sem antes prestar a sua homenagem a esta Casa que, durante quase um século, simbolizou a instituição permanentemente incumbida de velar pela soberania da Pátria, defender os interêsses nacionais e promover a sua grandeza crescente no cenário mundial. Quero dizer-vos que o Itamarati não irá desintegrar-se da justa aura de tradição que o cerca e prosseguirá a serviço de nossa política exterior. Nêle serão mantidos vários órgãos, uns em caráter transitório, enquanto estiverem sediadas no Rio de Janeiro as representações estrangeiras, outros em caráter permanente, para atendimento aos numerosos problemas desta cidade ilustre e querida, núcleo de cultura da mais extraordinária importância. Nesta Casa, símbolo de edificante política exterior pacifista, funcionará, para educação cívica, aberto ao povo, o museu de nossa história diplomática, que abrange em grande parte, nas suas fases mais relevantes, a própria história da formação de nosso país. Estou em entendimentos com o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores para aqui estabelecer um centro de cursos e conferências, quer sôbre a evolução de nossa diplomacia, quer sôbre problemas da atualidade econômica e política

relacionados com a vida internacional. Homens públicos, doutrinadores, figuras eminentes de renome universal serão convidados a falar aos círculos intelectuais do Estado da Guanabara. No Itamarati, conjunto de serena beleza, sagrado para o Brasil pelo seu patrimônio preciosíssimo, permanecerá o Instituto Rio Branco. Só mesmo em seus recintos, onde velam as sombras de tantos homens ilustres que de corpo e alma se dedicaram à Pátria, que pensaram e viveram os nossos mais importantes problemas — poderiam abrigar-se os moços que amanhã levarão a alma do Brasil a outras terras. A presença invisível, mas real, do Barão do Rio Branco, há de ser perenemente sentida nesta Casa em que viveu os seus mais fecundos e gloriosos anos e entregou a Deus o espírito, zelando para que a mocidade, que aqui estuda, se impregne dos conhecimentos indispensáveis à vida diplomática e tenha plena consciência de como esta se desenvolve nos tempos modernos. A nota predominante na ação de Rio Branco, que ampliou as dimensões continentais do Brasil, foi a objetividade. Êle sabia impossível a tranqüilidade para qualquer ação futura, sem que se tornasse nítido e indiscutível o território nacional. Deu-nos êle a base infra-estrutural que nos permitiu atuar no campo pan-americano.

Aos jovens brasileiros, que vão consagrar-se à defesa dos nossos interêsses e à projeção do nome da nossa Pátria no exterior, numa época marcada pela contradição, pelo risco, como nenhuma outra o foi, quero, em poucas palavras, recomendar, como essencial, que conheçam bem o seu próprio país, na sua continuidade histórica e nos seus aspectos geográficos, nas suas possibilidades econômicas, tendências e inclinações mais profundas, na sua alma e nas suas aspirações; e que guardem bem vivo que hoje é absolutamente imprescindível serem objetivos em todos os seus atos. Não há ação profícua, sem que seja presidida por um espírito objetivo. A diplomacia, nos dias que correm, não é apenas uma arte, um modo de agir, mas também uma técnica. Não basta ligar-nos aos países amigos, compreendê-los nas suas peculiaridades e tendências políticas; importa, ainda, entreter relações substanciais com êles — comprar, vender, explicar o que somos e saber o que êles são. O desenvolvimento, a expansão, o ímpeto dêste novo Brasil — do Brasil de Brasília — estão impondo um crescente dinamismo ao nosso serviço diplomático. Temos de usar o que estiver a nosso alcance para que se tornem evidentes o que pretendemos e a nossa mensagem de paz, de colaboração com os povos. Que sejam disciplinados os funcionários do serviço exterior, mas não limitados ou intimados pela rotina, pelo hábito, pelo mêdo de agir. A ordem, a harmonia, as relações corretas, o atendimento a ordens

superiores devem estimular e não coibir o espírito de iniciativa, a benéfica revisão de julgamentos e o impulso criador que a presença da juventude empresta a tôdas as obras humanas. Cada geração traz uma visão própria e direta, um amor à autenticidade e à grandeza que não seria justo deixar desaproveitado.

Aos jovens do Instituto Rio Branco é que está confiado, pelo tempo adiante, tornar cada vez mais dinâmicas as iniciativas que formulamos em matéria de relações internacionais.

Meus senhores! Pedi que aqui se reunissem hoje, além dos demais convidados de honra, os membros do Conselho da Operação Pan-Americana, a fim de nos inteirarmos da posição em que se encontra êste movimento — que considero ponto de singular importância em nossa política externa. Não examinarei, por bastante conhecido, o resultado das visitas feitas a êste país pelo Presidente da República do México, Dr. López Mateos, e pelo Presidente dos Estados Unidos da América, General Eisenhower, visitas de suma significação para a política de desenvolvimento harmônico do Continente. É fato público ter a Operação Pan-Americana encontrado seu caminho definitivo. A advertência que encerra já está produzindo sensíveis efeitos.

Dentro em breve, antecipando-se à próxima reunião dos delegados das 21 nações americanas, irá reunir-se a Comissão dos nove países, nascida de uma resolução votada na Conferência de Buenos Aires. O trabalho dessa Comissão, para a qual o Brasil acaba de designar os componentes, consiste em ordenar, em escala prioritária, os primeiros atos que devem ser praticados para que a Operação Pan-Americana comece a erguer suas construções sulcadoras.

Vamos iniciar uma batalha conjunta para solucionar neste hemisfério o grave problema da estagnação, que é o reino da miséria. Já sabemos que só há uma luta válida, a de acelerar o desenvolvimento a fim de pôr paradeiro ao atraso que nos degrada. Que sabem o que fazer com a liberdade as populações das zonas subdesenvolvidas onde reina o total desconfôrto, a doença, a carência de quaisquer recursos? A consciência de que existem populações às quais não aproveita sequer serem livres é o fundamento moral da Operação Pan-Americana, vale dizer, a sua substância. Não nos debruçamos nós, homens de Estado da América Latina, sôbre um mundo de estagnação e de miséria, levados somente por comovido constrangimento. A Operação Pan-Americana é também um problema político. Quem não compreendeu que esta é a sua nota justa, nada compreendeu ainda. O avanço tecnológico do mundo nesta

hora faz aflorar a esperança. Pelo menos, é mais fácil atingir os propósitos da Operação Pan-Americana do que alcançar pontos em zonas siderais, descobrir novos mundos, caminhos novos para os astros.

A América está-se pondo em ordem de marcha. Não ignoro que teremos muitos obstáculos por vencer, muito trabalho de elucidação que realizar, longa e paciente ação a desenvolver. Vamo-nos despertando, aos poucos, todos nós — não apenas os dirigentes — para uma ação eficaz, de que resultará a salvação da democracia, sob cujas leis queremos viver. Creio que ninguém, a esta altura, duvida estar certo, nas suas idéias fundamentais, o movimento que reúne as esperanças do Continente. Ficou perfeitamente esclarecido — apesar de algumas deturpações — que jamais intencionou a Operação Pan-Americana apelar para a filantropia, mas sim para a razão; que não pretendíamos senão exatamente o que dizíamos pretender. Sustentou-se, sempre, nessa batalha que apenas começa, a autenticidade dos sentimentos com que a formulamos. Não visávamos a pequenos resultados com grandes palavras: visávamos, e visamos realmente, a um alto objetivo. Amadurece, na América, a idéia de que nos obrigamos a enfrentar problemas que tinham ontem uma significação menos relevante para nós. Encontramo-nos diante da imperiosa urgência de recuperar o tempo perdido, de não continuar na marcha em que nos vínhamos arrastando. Tôdas as palavras em tal sentido aliás já foram ditas, todos os bons propósitos, formulados. Passamos das formas vagas para as declarações categóricas. Ninguém ignora que a estabilidade democrática periclita em países de economia rudimentar, exportadores de matérias-primas sujeitas a ameaças e flutuações. Já disse eu, muitas vezes, o que importava dizer. Ainda há poucos dias, o Presidente Lleras Camargo, da Colômbia, em sua visita aos Estados Unidos, com a lucidez de seu espírito e a sua autoridade de democrata fiel nas horas boas e más, definiu a situação dêste hemisfério, e referiu-se à Operação Pan-Americana, colocando-a em têrmos justos, lúcidos e lapidares, que sem hesitação faço meus neste momento. A hora de agir é chegada. A Operação Pan-Americana precisa, decididamente, concretizar-se. E isto vamos empreender, se Deus quiser. Não nos dirigimos apenas aos povos que podem ajudar-nos a dar um passo à frente, mas a nós mesmos, interessados, mais do que ninguém, em movimentar as regiões estagnadas. Reafirmamos que a Operação Pan-Americana se apresenta como solução imediata porque é antes de tudo o despertar, lento mas seguro, de uma longa hibernação. Devemos, primeiro, mobilizar-nos a nós próprios; despertar para o mundo

de hoje; despertar para os problemas que se originaram dos efeitos de uma tecnologia adiantadíssima a ameaçar incessantemente os chamados países de plantação, que vivem de exportar matérias-primas e que, por motivos os mais diversos, não acompanharam o ritmo de crescimento das nações desenvolvidas.

Temos em elaboração uma política de âmbito regional, em concordância com as nações de nossa fraternidade continental. Um sopro renovador revitaliza o pan-americanismo, que já se ia transformando em saudosismo, em frases feitas, em hábitos alheios às realidades presentes. Dêsse novo pan-americanismo não se exclui a colaboração da Europa. Muito ao contrário. A Operação Pan-Americana necessita vitalmente de seu apoio.

Nossa diplomacia encontrará, nessa atividade, um campo fértil para ação objetiva e concreta. Estamos em face de um trabalho de extensa envergadura, de esfôrço e de criação contínua. A política externa vai-se tornando progressivamente realista. As nossas relações com a Europa aceleram o seu ritmo, adquirem solidez e já não se limitam a compra e venda de produtos. Contamos com amigos em tôda a parte do mundo. E está fora de dúvida que essa amizade se tornará mais estreita, ativa, efetiva.

Não duvido, um só instante, que a diplomacia brasileira, que tão magnificamente soube defender no passado os direitos do Brasil, está à altura da hora presente e constituirá fator decisivo na fase, que vivemos, de expansão das nossas fronteiras econômicas e integração dos países da América num mesmo propósito de desenvolvimento geral.

Meus senhores! Nesta solenidade, quero agradecer, de modo muito especial, pelo seu devotamento sobretudo à causa pan-americana, ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ao Embaixador Francisco Negrão de Lima e ao Ministro Horácio Láfer. O largo tirocínio e a dedicação ímpar dos meus ex-ministros e do atual, à frente dêste Ministério, fizeram que não sofresse solução de continuidade a linha da política exterior brasileira, traçada pelos seus mais ilustres dirigentes.

Não podem ser esquecidos, nesta hora, dois dos vultos mais dedicados aos ideais do pan-americanismo: um, para sempre ausente, o Embaixador Oswaldo Aranha — que tanto dignificou esta Casa; outro, o Doutor Augusto Frederico Schmidt, que vem desinteressadamente pondo a serviço da Operação Pan-Americana, desde quando germinava ainda, a sua inteligência, a sua cultura, a sua intuição política. É o Doutor Augusto Frederico Schmidt uma dessas personalidades raras, em que se harmonizam as virtudes de criação

do ser contemplativo com os dons do homem de ação. A êle o meu mais sincero muito obrigado.

Ao terminar, meus senhores, evoco, com respeito profundo, a figura de Rio Branco e de todos os varões que nesta Casa deixaram exemplos tão augustos de patriotismo.

Aos ilustres Chefes de Missão credenciados no Brasil, que nos deram a honra de sua presença, peço que enviem aos países amigos, que representam, a palavra de saudação cordial do meu Govêrno na hora em que o Brasil pratica um dos atos mais decisivos de sua história.

Na praça dos Três Poderes, dirigindo-se aos operários que construíram a capital

Brasília, 20 de abril de 1960.

Meus amigos e companheiros de lutas, soldados da epopéia da construção de Brasília, recebo, profundamente emocionado, a chave simbólica da cidade filha do nosso esfôrço, da nossa crença, de nosso amor a êste País. Sou apenas o guardião desta chave. Ela é tão minha quanto vossa, quanto de todos os brasileiros. Falei em epopéia, e retomo a palavra para vos dizer que ela marcará, sem dúvida, uma época, isto é, "o lugar do céu em que um astro atinge o seu apogeu". Chegamos hoje, realmente, ao ponto alto da nossa obra. Criando-a, oferecemos ao mundo uma prova do muito que somos capazes de realizar e a nós próprios nos damos uma extraordinária demonstração de energia, e mais conscientes nos tornamos das nossas possibilidades de ação.

Entre o Presidente da República, que vos fala, e vós, trabalhadores de várias categorias — técnicos, empreiteiros, fornecedores, mestres-de-obras, operários e aprendizes, homens da iniciativa privada, que para cá vos transferistes e me ajudastes — nestes anos de labor incessante, pelos dias e pelas noites, se formou tal vínculo de amizade, se estreitou tal estima, se estabeleceu tal corrente de compreensão, que nos ligamos todos para o mesmo objetivo, que se nos faziam comuns os problemas de cada um. A irmanação de quantos aqui trabalharam lembra a construção das catedrais da Idade Média, quando artistas anônimos, mestres, aprendizes se animavam pela fé em Deus, em cuja honra se levantaram êsses poemas arquitetônicos.

Brasília só pode estar aí, como a vemos, e já deixando entender o que será amanhã, porque a Fé em Deus e no Brasil nos sustentou a todos nós, a esta família aqui reunida, a vós todos, *candangos,* a que me orgulho de pertencer. Viestes, alguns de Minas Gerais, outros de Estados limítrofes, a maioria do Nordeste. Caminhastes de qualquer maneira até aqui, por estradas largas e ásperas, porque ouvistes, de longe, a mensagem de Brasília; porque vos contaram que uma estrêla nova iria acrescentar-se às outras vinte e uma da bandeira da Pátria. Reconheço e proclamo, neste momento, que sois expressão da fôrça propulsora do Brasil. Tínheis fôme e sêde de trabalho num país em que tudo estava e está ainda por fazer. Os que duvidaram desta vitória; os que nos procuraram impedir a ação; os que se desmandaram em palavras contra esta Cidade da Esperança, desconheciam que o impulso, o ânimo, a fé que nos sustentavam eram mais fortes do que os desejos de obstrução que os instigavam, do que a visão estreita que não lhes permitia alcançar além das ruas citadinas em que transitam. Mas deixemos entregues ao esquecimento e ao juízo da História os que não compreenderam e não amaram esta obra. Deixemos de lado as dificuldades, as canseiras, as incompreensões, os interêsses contrariados, alguns de puro egoísmo, outros compreensíveis; deixemos de lado a tendência do imobilismo, as injustiças, até os desumanos ataques. A hora é de emoção. Atingimos o pôrto para onde se dirigiam as nossas esperanças. As peripécias da viagem e êste mar de trabalho, esta extensão de tarefas que parecia infinita, verificamos hoje como foi rápido vencê-los todos. Quatro anos somente são transcorridos desde o dia em que dormi aqui numa tenda, em plena solidão do Brasil, no sertão sem fim, vendo rondar o meu acampamento a ameaçadora presença de animais selvagens. Nestes quatro anos, com que febre vos atirastes ao trabalho! À vossa frente se punha êsse capitão da Epopéia, êsse incansável Israel Pinheiro, que abandonou o conforto, a posição política, para dedicar-se, de corpo e alma, ao que parecia uma aventura, ao que ontem constituía um risco, e hoje é um triunfo.

Assisti desde as primeiras horas a vossa chegada ao planalto; vi como pegastes no trabalho; como vos animastes, homens à procura de um destino melhor, não apenas para vós mesmos, mas também para o nosso país. Vosso idealismo animou-me a mim próprio. Falais pouco, apenas o suficiente, pois o sofrimento vos tornou sérios, graves. Não é por palavras e aplausos que manifestais o vosso agrado e o entusiasmo que vos possui: é pela ação.

Trabalhou-se aqui em três turnos, durante tôdas as horas do ciclo da terra em redor do sol. O nosso sol era a Cidade que íamos todos construindo, levantando, erguendo. Um sol já existe em nosso desejo e em nossa esperança; estava, porém, invisível quando aqui cheguei com uns poucos colaboradores, no dia dois de outubro de 1956, à grande planície vazia, onde só encontramos, como sinal de presença de homem civilizado, um cruzeiro que a Comissão Demarcadora de Fronteiras mandara erguer em sinal de sua passagem. Brasília começou nesse momento a delinear-se em nossos espíritos. Fostes, *candangos,* com o vosso trabalho, os operários do milagre. Quantas vêzes, em horas mortas, vos acompanhei nas vigílias noturnas — quando, para espantar o sono, se rompia o vosso hábito de silêncio e por êstes êrmos ecoava o canto que vos mantinha despertos e alerta.

Sei bem — todos o sabem — que os episódios do erguimento desta cidade, mesmo os mais obscuros figurarão na história que escrevestes com o vosso suor. Um dia virá alguém que fixará no papel a vossa vida de *candangos.* As gerações futuras desejarão saber tudo o que aconteceu na Capital da Esperança. E hão de rememorar, por certo, a iniciativa generosa de alguns amigos meus, que, diante das dificuldades para a primeira acomodação do Presidente da República no deserto, obtiveram por empréstimo quinhentos mil cruzeiros e construíram êsse "Catetinho", rústica habitação, a primeira casa de Brasília, hoje entregue ao patrimônio histórico. Quero agradecer, agora, de público, a iniciativa que me permitiu dormir abrigado no dia 10 de novembro de 1956.

Recordo — que é ver outra vez com o coração — como se tivesse acontecido há poucos minutos, o meu primeiro encontro com os *candangos,* com os primeiros cinqüenta gloriosos e humildes brasileiros que sofreram e viveram aqui. Era uma meia centena de homens, molhados da cabeça aos pés, porque chovia copiosamente. Depois o grande e discreto Niemeyer traçou o hotel. Acelerou-se o ritmo de construção da cidade. Puseram-se em movimento as energias. O fruto aqui está.

Ninguém vos subtrairá a glória de ter lutado nesta batalha tremenda. Não vos esqueceria jamais, trabalhadores brasileiros de tôdas as categorias, a quem me sinto indissoluvelmente ligado. Eis o produto de nossas angústias, de nossos riscos e do amor de nossas lidas, eis a cidade, que o extraordinário Lúcio Costa disse já nascer adulta. Ei-la plantada no coração do Brasil, o seu lugar exato. Eis as estradas abertas permitindo que os brasileiros de todos os Estados da Federação, venham à sua Capital. Começamos a transportar

a civilização para o interior. Brasília começou a crescer. O Brasil começou a crescer também, mais rapidamente, para recuperar o tempo perdido.

É com profunda emoção que evoco os que, tendo tombado no campo de batalha, participam também desta vitória final — Bernardo Sayão, pioneiro de Brasília, que hoje repousa no campo da Esperança, os engenheiros e os *candangos* que Deus levou para a paz e para a glória.

Com a maior humildade, voltado para a Cruz da Descoberta e da Primeira Missa, que Portugal nos confiou para êste dia solene, agradeço a Deus o que foi feito. Sem a Sua vontade nada se move, não se ergue uma palha sequer. A vontade de Deus ergueu esta cidade. Com o pensamento na Cruz em que foi celebrado o Santo Sacrifício, peço ao Criador que mantenha cada vez mais coesa a unidade nacional, que nos dê sempre esta atmosfera de paz, indispensável ao trabalho fecundo e conserve em vós, obreiros de Brasília, o mesmo espírito forte com que erguestes a grande cidade.

Discurso de JK na inauguração de Brasília

Brasília, 21 de abril de 1960.

O Discurso

"Não me é possível traduzir em palavras o que sinto e o que penso nesta hora, a mais importante de minha vida de homem público. A magnitude desta solenidade há de contrastar por certo com o tom simples de que se reveste a minha oração.

Dirigindo-me a todos os meus concidadãos, de todas as condições sociais, de todos os graus de cultura, que, dos mais longínquos rincões da Pátria, voltais os olhos para a mais nova das cidades que o Governo vos entrega, quero deixar que apenas fale o coração do Vosso Presidente.

Não vos preciso recordar, nem quero fazê-lo agora, o mundo de obstáculos que se afiguravam insuportáveis para que o meu Governo concretizasse a vontade do povo, expressa através de sucessivas constituições, de transferir a Capital para este planalto interior, centro geográfico do País, deserto ainda há poucas dezenas de meses.

Não nos voltemos para o passado, que se ofusca ante esta profusa radiação de luz que outra aurora derrama sobre a nossa Pátria.

Quando aqui chegamos, havia na grande extensão deserta apenas o silêncio e o mistério da natureza inviolada. No sertão bruto iam-se multiplicando os momentos felizes em que percebíamos tomar formas e erguer-se por fim a jovem Cidade. Vós todos, aqui presentes, a estais vendo, agora,

estais pisando as suas ruas, contemplando os seus belos edifícios, respirando o seu ar, sentindo o sangue da vida em suas artérias.

Somente me abalancei a construí-la quando de mim se apoderou a convicção de sua exeqüibilidade por um povo amadurecido para ocupar e valorizar plenamente no território que a Providência Divina lhe reservara. Nosso parque industrial e nossos quadros técnicos apresentavam condições e para traduzir no betume, no cimento e no aço as concepções arrojadas da arquitetura e do planejamento urbanístico modernos.

Surgira uma geração excepcional, capaz de conceber e executar aquela "arquitetura em escala maior, a que cria cidades e, não, edifícios", como observou um visitante ilustre. Por maior que fosse, no entanto, a tentação de oferecer oportunidade única a esse grupo magnífico, em que se destacam Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, não teria ela bastado para decidir-me a levar adiante, com determinação inflexível, obra de tamanha envergadura. Pesou, sobretudo, em meu ânimo, a certeza de que era chegado o momento de estabelecer o equilíbrio do País, promover o seu progresso harmônico, prevenir o perigo de uma excessiva desigualdade no desenvolvimento das diversas regiões brasileiras, forçando o ritmo de nossa interiorização.

No programa de metas do meu Governo, a construção da nova Capital representou o estabelecimento de um núcleo, em torno do qual se vão processar inúmeras realizações outras, que ninguém negará fecundas em conseqüências benéficas para a unidade e a prosperidade do País.

Viramos no dia de hoje uma página da História do Brasil. Prestigiado, desde o primeiro instante, pelas duas Câmaras do Congresso Nacional e amparado pela opinião pública, através de incontável número de manifestações de apoio, sinceras e autenticamente patrióticas, dos brasileiros de todas as camadas sociais que me acolhiam nos pontos mais diversos do território nacional, damos por cumprido o nosso dever mais ousado; o mais dramático dever.

Só nos que não conheciam diretamente os problemas do nosso Hinterland percebemos, a princípio, dúvida, indecisão. Mas no País inteiro sentimos raiar a grande esperança, a companheira constante em toda esta viagem que hoje concluímos; ela amparou-nos a todos, a mim e a essa esplêndida legião que vai desde Israel Pinheiro, cujo nome estará perenemente ligado a este cometimento, até ao mais obscuro, ao mais ignorado desses trabalhadores infatigáveis que tornaram possível o milagre de Brasília.

Em todos os instantes nas decepções e nos entusiasmos, levantando o nosso ânimo e multiplicando as nossas forças, mais de que qualquer outro

amparo ou guia, foi a Esperança valimento nosso. Um homem, cujos olhos morreram e ressuscitaram muitas vezes na contemplação da grandeza - aludo, novamente, a André Malraux - viu em Brasília a Capital da Esperança.

Seu dom de perceber o sentido das coisas e de encontrar a expressão justa fê-lo sintetizar o que nos trouxe até aqui, o que nos deu coragem para a dura travessia, que foi a substância, a matéria-prima espiritual desta jornada. Olhai agora para a Capital da Esperança do Brasil. Ela foi fundada, esta cidade, porque sabíamos estar forjada em nós a resolução de não mais conter o Brasil civilizado numa fímbria ao longo do oceano, de não mais vivermos esquecidos da existência de todo um mundo deserto, a reclamar posse e conquista.

Esta cidade, recém-nascida, já se enraizou na alma dos brasileiros; já elevou o prestígio nacional em todos os continentes; já vem sendo apontada como demonstração pujante da nossa vontade de progresso, como índice do alto grau de nossa civilização; já a envolve a certeza de uma época de maior dinamismo, de maior dedicação ao trabalho e à Pátria, despertada, enfim, para o seu irresistível destino de criação e de força construtiva.

Deste Planalto Central, Brasília estende aos quatro ventos as estradas da definitiva integração nacional: Belém, Fortaleza, Porto Alegre, dentro em breve o Acre. E por onde passam as rodovias vão nascendo os povoados, vão ressuscitando as cidades mortas, vai circulando, vigorosa, a seiva do crescimento nacional.

Brasileiros! Daqui, do centro da Pátria, levo o meu pensamento a vossos lares e vos dirijo a minha saudação. Explicai a vossos filhos o que está sendo feito agora. É sobretudo para eles que se ergue esta cidade síntese, prenúncio de uma revolução fecunda em prosperidade. Eles é que nos hão de julgar amanhã.

Neste dia - 21 de abril - consagrado ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, ao centésimo trigésimo oitavo ano da Independência e septuagésimo primeiro da República, declaro, sob a proteção de Deus, inaugurada a cidade de Brasília, Capital dos Estados Unidos do Brasil".

Discurso pronunciado ao ensejo do Ano Novo, fazendo uma síntese das posições adotadas pelo Brasil no campo nacional, continental e internacional

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1960.

Neste momento em que penetramos num Novo Ano, aqui venho, como de hábito, dirigir uma mensagem de esperança, e, mais do que isto, de congratulações, ao povo brasileiro e discorrer sôbre alguns problemas fundamentais da nossa Pátria.

Esta é a hora de contemplar o caminho percorrido, de olhar para o dia de ontem, de examinar os acontecimentos e verificar se o esfôrço despendido trouxe um rendimento efetivo para o país. Tem para mim particular importância falar hoje aos brasileiros; êste é o último discurso que, na qualidade de Presidente da República, pronuncio nesta data. Dentro de alguns dias, os meus cinco anos de mandato estarão cumpridos. Desfrutarei, então, a mais alta honra de minha vida, a mais ampla vitória de minha carreira de homem público, no momento em que passar a faixa presidencial ao meu eminente sucessor, legitimamente eleito.

A luta contra o subdesenvolvimento teve como um dos seus alvos a consolidação de nosso regime democrático. Não seria possível travar-se uma batalha séria contra o atraso e a estagnação num país em que a ordem pudesse ser alterada de um momento para outro, num país sujeito constantemente à instabilidade e reviravoltas de conseqüências revolucionárias. Demos graças a Deus pelas qualidades cívicas do povo brasileiro e, em particular, de nossas Fôrças Armadas, conscientes do mal que representa para uma nação o não se manterem dentro da ordem aquêles que foram convocados exatamente

para êsse fim. A nenhum povo sujeito a crises periódicas, atentatórias do regime e da segurança, é dado bater-se eficazmente contra o atraso e a estagnação. Compreende-se, pois, que eu me sinta tranqüilo ao verificar que no Brasil foram superadas as dificuldades para a sua estabilidade política, sem violação da lei, sem emprêgo da fôrça, e mantida inalterável a liberdade do pensamento e de ação de todos os cidadãos.

Vejo agora, quase ao passar o comando a outras mãos, que agi de acôrdo com os interêsses nacionais quando não dei importância a provocações e segui sempre avante, como alguém que, conduzindo um precioso bem, quer chegar a seu pôrto de destino conservando incólumes os que lhe confiaram a direção da viagem e mereciam a gratidão, o sacrifício da auto-disciplina e da moderação, mesmo sobrando razões para impaciência e justa indignação do comando. São outros os tempos, bem diferentes daquêles que tivemos no início do meu Govêrno. Baniu-se de todos os espíritos a idéia da ilegalidade. Ninguém ousa mais atentar contra a estabilidade institucional do país. E êsse estado de espírito, hoje dominante, só foi alcançado graças a um método que exigiu esfôrço e contenção, a uma deliberada devoção à paz, a uma tolerância permanente e um contínuo esquecimento de agravos. Para que as instituições democráticas funcionassem; para que se dissolvessem nos espíritos hábitos incompatíveis com os nossos foros de nação civilizada, capaz de dominar os seus impulsos destruidores, apaguei da memória, durante êstes cinco anos, os agravos recebidos; não respondi ao mal senão invariavelmente com o bem; não persegui a ninguém, não fechei minha porta a quem quer que fôsse; não apliquei aos meus adversários as armas que êles próprios inventaram, admitiram e aplicaram contra mim.

Verificamos hoje que se dissiparam as pesadas nuvens que anunciavam tempestades político-revolucionárias em nosso país. As fôrças oposicionistas puderam propor, ao julgamento eleitoral, os seus candidatos sem que se coibissem direitos na disputa ao poder. É tão completa a vitória nesse plano político, tão pacífica e demonstração de que estou dizendo, que me permite, sem mêdo de contestação por parte dos mais ferozes julgadores dos meus atos e do meu Govêrno, afirmar que também em matéria de meta democrática o Brasil avançou cinqüenta anos em cinco. Não vivemos ainda um período de equilíbrio total; o apuro na escolha de elementos representativos deverá ir melhorando insensivelmente, mas está fora de dúvida que a mira-estrutura do regime de liberdade de que nos beneficiamos está consolidada. Já não somos uma aparência democrática, mas uma democracia em pleno desenvolvimento.

Nestes cinco anos deu êste país, no que toca ao desenvolvimento material, pastos decisivos. Lutamos para nos desprendermos do atraso, da estagnação, do subdesenvolvimento. vencemos diversas dificuldades que até então pareciam insuperáveis. Enfrentamos um inimigo ferrenho, que, inconformado, ainda envenena a opinião pública e prossegue na sua ação de destruir e negar, de ocultar a verdade de qualquer maneira. Êsse inimigo é o hábito de pensar mesquinhamente em relação ao nosso país. Reservo-me ainda, antes de sair do Govêrno, uma oportunidade para dar o balanço de todas as realizações da minha administração. Quero agora apenas reafirmar aos meus patrícios que estamos longe de ser o país perdido que os profetas do passado — pessimistas invencíveis — anunciam. Sem jactância, mas sem mêdo de errar, repito que não me arrependo de um só ato do meu Govêrno no esfôrço de criar um país novo e maior. As estradas aí estão, listrando as terras e as florestas. A nova capital, que tantas controvérsias suscitou e tanta glória proporcionou à nação, aí está. Os passos decisivos, e êsses sim, revolucionários, para o nosso crescimento, são irreversíveis. Os impostos produzidos pelo aumento do meio circulante já se absorvem no crescimento espetacular da produção e na circulação da riqueza. Certos teóricos insistem em negar que isto possa acontecer. Somos apenas forçados a lamentar o trabalho suplementar que terão êles em explicar aquilo que classificaram de loucuras, mas que ocasionou o nosso avanço. Loucura teria sido continuarmos parados, sem enfrentar que qualquer maneira — digo bem claramente — *de qualquer maneira* — os problemas fundamentais de nosso atraso. Aumentaram-se os meios de pagamento, embora num índice de utilização não superior ao do qüinqüênio precedente. Mas pergunto se o Brasil de hoje, bem maior do que o de cinco anos atrás, poderia viver com os escassos recursos monetários que encontrei. Outros govêrnos poderão empreender a revalorização da moeda, com os aplausos e o apoio de tôda a Nação, mas não poderiam fazê-lo, de forma alguma, se encontrassem o país atado a uma situação colonial, sem estradas, sem energia, sem obras de base. Os partidários da miséria que se dêem por desesperançados; entre convulsões e tropeços, o país cresceu. Os efeitos inflacionários, tão escandalosamente proclamados, — e para aquêles críticos tudo o que rompe a estática é inflacionário — resultaram também de um crescimento de produção, num aumento acentuado do potencial criador. Os sacrifícios exigidos foram poucos e pequenos, se comparados com os de outras nações que transformaram as suas populações em máquinas de trabalho, sem prerrogativa ou o direito de, até mesmo,

opinarem sôbre a sua própria condição humana. O desenvolvimento brasileiro não exigiu nada disso. Começou por melhorar inicialmente os níveis dos trabalhadores e por assegurar-lhes maior participação política. Não fecho os olhos à realidade: conheço e reconheço que é um trabalho imenso o que desafia os nossos administradores e homens públicos. Sei que o pauperismo continua a afligir-nos, a danificar-nos. Sei que não foram extintas as fontes do sofrimento e da miséria; mas, ao mesmo tempo que me dou conta disso, dou-me conta também de que já não aceitamos um destino negativo. Se é verdade que certos brasileiros procuram defender ainda um ritmo meramente vegetativo para o progresso nacional, também existe um outro Brasil inconformado, combativo, pioneiro, inimigo do atraso, envergonhado com a posição secundária em que vivia. Êste Brasil entende o que estou dizendo e despreza as lições dos homens superados que nada propõem, que não apresentam soluções — naturezas puramente críticas que são. No dia de amanhã, um julgamento, não só mais generoso, mas bem mais realista, dirá se agimos bem ou mal. Dirá se teria sido melhor que houvéssemos escondido na terra as moedas que nos foram entregues para criar riqueza ou que, por falsa prudência, incapacidade e temor, as deixássemos irreprodutivas, não utilizando o seu poder e a sua capacidade de gerar.

As acusações de inflação mortífera esbarram numa realidade indiscutível — a valorização de nosso patrimônio. Não se me oferece, agora, o ensejo de apresentar números; êste discurso não comporta detalhes de ordem técnicas. Mas não há negar que ao aumento do meio circulante correspondeu, no meu período de Govêrno, a criação de bens entregues à população numa escala de valor que vem constituindo um lastro sem precedentes na evolução econômica do país. Só a produção da indústria automobilística, posta a serviço da criação, circulação e distribuição de tôdas as riquezas nacionais, atingiu a avaliação de um bilhão de dólares, ou seja, à taxa média de câmbio, cêrca de duzentos bilhões de cruzeiros. Trata-se, pois, de uma inflação "sui-generis", a nossa. Lembro-me de que as críticas que se faziam no passado a cada emissão giravam tôdas elas em tôrno do fato de não haver produção correspondente. Emite-se, e não se produz mais, dizia-se outrora. É preciso que alguém seja impavidamente negativista para ter a coragem de negar um aumento real do produto e da renda nacional em indícios até mesmo extraordinários. Mas os impávidos negativistas, os falsificadores da verdade envolvem o país numa série de conjunturas sombrias, de perspectivas de abismo que não correspondem à realidade. Seria impossível negar as

dificuldades e os tropeços; muitos deles, entretanto, denunciam um aumento de fôrça, de plenitude, de pujança.

A verdade, brasileiros, é que somos um país que caminha sozinho. Um país que não se deixa ficar no atraso e marcha avante, corajosamente, ajudado ou desajudado, em direção a um destino de grandeza.

Desejaria examinar agora alguns aspectos de nossa política exterior. Devido aos imperativos da atual conjuntura mundial e a certos fatores operantes no mundo moderno, que aproximaram os continentes e uniram as regiões mais opostas do globo, o Brasil teve de reformular e aprofundar os objetivos de sua política internacional. Não poderíamos, na verdade, ter permanecido observando apenas o que se passa no mundo ou limitando-nos a seguir passivamente as rotas nem sempre seguras e certas, traçadas por mão alheia, no cenário mundial. Nosso crescimento, nossa maturidade, as exigências de nosso desenvolvimento e de nossa segurança nos impunham intervir de maneira mais direta e objetiva, do que fizéramos até então, no plano mundial. À conduta prudente, sensata e tantas vêzes fecunda com que se conduziu, em outros períodos, o nosso Itamarati, era urgente acrescentar um novo dinamismo, uma atenção mais realista, capaz de encontrar soluções para problemas que só passaram a existir, nos dias presentes, para a nação brasileira.

Uma tese central, positiva e nítida, foi defendida incansavelmente pela política exterior do Brasil nos últimos cinco anos: a necessidade de se valorizar devidamente a América Latina. A circunstância de sermos integrantes da Causa Ocidental e os imperativos da luta pela preservação da liberdade no mundo obrigam-me a avaliar, com absoluta franqueza, as repercussões de nosso esfôrço no campo internacional.

Devo dizer que, não obstante a insistente campanha de persuasão encetada pelo Brasil, e outras nações da nossa comunidade, os grandes países do Ocidente, não levando em conta a dramática evidência dos fatos, continuam a dar uma prioridade secundária e uma atenção insignificante aos problemas, cada vez mais graves, da América Latina. Nossas repetidas advertências, nossa pregação incessante em favor de uma efetiva união em face do perigo comum resultaram, fôrça é dizer, quase despercebidas, não chegando a merecer uma resposta satisfatória e válida. Os nossos tradicionais aliados e amigos do Norte do Continente, depois que a História lhes confiou a tremenda responsabilidade da liderança democrática, arrefeceram sensivelmente seu interêsse pelo resto dêste Hemisfério, dedicando tão somente uma atenção

rotineira aos menos afortunados membros da comunidade regional. Face ao ostensivo agravamento das condições econômicas e sociais da América Latina, a política norte-americana se caracterizou, até aqui, por uma preocupação de esquivar-se a compromissos substanciais e a não enfrentar as causas profundas de intranqüilidade latino-americana.

Certo é que não temos o direito de nos queixar dos Estados Unidos como uma nação em face de outra nação. Mas temos o dever de, amigos e aliados, examinar a atuação da grande República do Norte na medida em que ela exerce a liderança de uma causa mundial de que somos solidários. Nesse sentido, temos fortes razões para estranhar a sua desatenção e as demonstrações repetidas de incompreensão de sua parte às justas reivindicações do resto do Continente, na luta que se está travando através do mundo. Não tenho procuração para falar em nome dos demais países do nosso Hemisfério; cada um dêles sabe o que lhe importa dizer. Posso, porém, em benefício de própria causa da Democracia, afirmar que é incompreensível que os únicos aliados naturais (duzentos milhões da latino-americanos) com que conta o Ocidente sejam vistos com indiferença pelas nações altamente desenvolvidas, e relegados a uma retaguarda incaracterística, onde não desejamos nem devemos permanecer.

Considero êrro dos mais fatais ao esfôrço conjunto de preservação do mundo democrático, a maneira pela qual os países responsáveis pela condução da comunidade ocidental têm tratado a América Latina. Justas, sem dúvida, são as preocupações do Ocidente com a África que desperta, buscando integrar-se na civilização moderna. Cabe, mesmo ao Brasil executar uma política dinâmica em relação aos povos africanos. Mas daí a admitir que o interêsse pela África deve merecer prioridade superior à atribuída à América Latina, vai um êrro funesto, de conseqüências que podem ser extremamente danosas, e, até mesmo, fatais à constelação de valores que incumbe ao Ocidente salvaguardar.

Fugiria a uma obrigação de lealdade se calasse minha apreensão sôbre o futuro, caso não mudemos de rumo, caso deixemos agravar ainda mais a situação do continente americano. Considero prova de indiferença à segurança coletiva não se tentar com urgência a aplicação de um programa conjunto de desenvolvimento dêste Hemisfério. Outra não foi a finalidade que perseguimos, ao lançar a Operação Pan-Americana, que constituiu o primeiro ato de uma necessária unificação de todos os componentes americanos da causa ocidental.

Sem um esforço econômico conjugado, planejado com descortino político, não será possível impedir que se alastrem pelo Continente as

perturbações da guerra-fria, que, infelizmente, já está exercendo sua ação maléfica em certas áreas dêste Hemisfério. Não se concebe que não se consiga articular uma ação coletiva continental, capaz de atacar a fundo as causas do subdesenvolvimento latino-americano. É urgente que os responsáveis pela liderança ocidental compreendam que a América Latina está diante de um dilema: ou se industrializa ou renuncia à sua sobrevivência dentro da democracia; ou resolve os problemas básicos de seu desenvolvimento ou se tornará um campo aberto às incursões revolucionárias mais violentas.

Seria atentar contra a razão e a evidência dos fatos julgar que, ao assim falar, estamos jogando temerariamente com palavras graves. A verdade é que nos baseamos, com relação ao Brasil, em realidades indiscutíveis e inquietantes. Nossa emancipação econômica, o fortalecimento de um país como o nosso, de um crescimento demográfico extraordinário e de proporções geográficas continentais, não pode ser indiferente ao mundo ocidental. Em relação à América Latina, não hesito também em dizer que o seu desenvolvimento — a superação das suas atuais condições de subdesenvolvimento — é de interêsse vital para o destino dos ideais democráticos. Cada dia me convenço mais de que a luta decisiva e final pelo domínio do mundo se travará neste Continente. Estamos nós, latino-americanos, numa fase em que, ou firmamos definitivamente na prosperidade econômica os postulados de nossa cultura política, o amor à liderança e o respeito à iniciativa privada, ou ninguém deterá a onda de desesperança de milhões de seres humanos, que já não aceitam mais as condições ínfimas de vida em que vegetam, pois têm hoje consciência de que existem atualmente formas de escapar à miséria. Não duvidemos: ou damos um impulso criador à América Latina, acendendo esperanças e acelerando o progresso nesta parte do mundo, ou será inevitável a superação dos homens políticos de posição moderada, como quem vos fala, por líderes extremados que conseguiram romper os laços de solidariedade dos povos americanos com a causa democrática.

Por tudo isso, não compreendemos que o esfôrço do Brasil para firmar-se definitivamente como um grande país desenvolvido venha encontrando tão pouco entusiasmo externo, uma acolhida tão fria e negativa da parte dos que deveriam reconhecer que um aliado forte neste Hemisfério constituiria mais um fator de segurança para o mundo ocidental. Exigir que o Brasil respeite os métodos de uma ortodoxia econômica superada pela realidade de nosso desenvolvimento, esperar que o nosso país se submeta às receitas de um

conservadorismo arcaico, será negar a evidência de um povo em marcha, que se recusa a marcar passo e que não aceita conter-se nas fórmulas de um academismo estéril. Não posso, porém, deixar sem uma referência especial o apoio e a confiança que a iniciativa privada estrangeira demonstrou no meu qüinqüênio em relação ao esfôrço nacional brasileiro. Êsse apoio e essa confiança nos foram fundamentais.

Estou seguro de que o Brasil continuará, em qualquer circunstância, a lutar pelo seu crescimento. A realidade transbordará de qualquer conceito enfermiço e dos dogmas de uma teoria econômica perempta. Todos os brasileiros devem estar unidos nessa batalha comum pelo nosso desenvolvimento crescente. E o estarão, temos certeza disso, sob qualquer Govêrno ou sob qualquer partido.

Cumpre reconhecer que, ultimamente, o Presidente Eisenhower e o Departamento de Estado nos deram algumas claras demonstrações de melhor compreensão do problema latino-americano. Numerosas teses que fundamentaram a OPA, consideradas até então inadmissíveis, passaram a ser admitidas e algumas delas apoiadas pelos Estados Unidos. A vitória doutrinária, obtida em Bogotá, é insofismável, e essa vitória se deveu, em grande parte, ao apoio da Delegação norte-americana. Vitórias morais ou doutrinárias são importantes, assim, mas insuficientes, tendo-se em vista as exigências dramáticas do momento.

Bem sabemos que os Estados Unidos atravessam uma hora de recuperação de sua prosperidade econômica, que não lhes permite conceder uma assistência financeira adequada às necessidades dos países subdesenvolvidos. A verdade é que se trata de uma situação resultante de uma política que consistiu em fortalecer concorrentes, não animando, na mesma proporção, os seus tradicionais clientes dêste Hemisfério. Creio, porém, não obstante as reais dificuldades que os Estados Unidos enfrentam neste momento, que se poderia estudar uma reformulação dos critérios de prioridade da cooperação financeira, de modo que se dê maior atenção aos países latino-americanos. Outra forma de colaboração positiva seria estudar-se uma nova esquematização dos prazos e condições de reembôlso dos empréstimos já concedidos; de grande efeito, igualmente, seria uma iniciativa do Govêrno norte-americano no sentido de fazer sentir sua influência nos organismos internacionais de financiamento, a fim de que os mesmos adotassem uma política mais criadora e menos injusta e até hostil, como tem, acontecido, aos propósitos de desenvolvimento do Brasil.

Fôrça é reconhecer, de outro lado, que as nações européias, que desfrutam hoje de uma prosperidade que não conheceram jamais, se têm mantido frias e indiferentes aos problemas da América Latina, como se não fôssemos herdeiros e continuadores de sua cultura e como se não lhes interessássemos para a defesa do humanismo ocidental e do sistema de vida democrático. Não temos qualquer problema ou litígio com os países europeus, mas lamentamos que lhes falte a percepção básica de que a prosperidade latino-americana só irá constituir uma fôrça a mais na defesa do mundo livre. Não sou eu quem o diz de modo solitário. Em discurso famoso, na Conferência do Comitê dos 21, em Bogotá, o Presidente da República da Colômbia, D. Alberto Lleras Camargo, estadista eminente e homem público de excepcional envergadura intelectual, definiu admiravelmente o sentimento da nossa América com relação à falta de uma participação européia mais efetiva e profunda nos esforços de desenvolvimento dêste Hemisfério. Disse êle: "Há tempos, os Estados Unidos convocaram os povos europeus para que se interessem pelo desenvolvimento das regiões atrasadas do planeta, sobretudo da América Latina. Até agora, não se ouviu o éco dêsse chamamento; ao contraído, temos de expressar a nossa insatisfação pela constante inflexibilidade da política econômica da Europa Ocidental em nossas relações mercantis. Dar-se-ia conta, essa antiga civilização, de quantas perturbações poderiam originar-se de um desastre nesta região do planeta?"

Na verdade, já deveria ter passado a hora de continuarmos a fazer tais advertências. Mas, na realidade, elas continuam cada vez mais atuais e necessárias. Que as palavras do Presidente Lleras Camargo sejam tomadas como uma certeira fixação de responsabilidades.

Não desejo, porém, terminar esta minha análise franca e leal da conjuntura internacional, com uma nota pessimista. A verdade é que se abre uma grande e nova esperança diante de nós. Como prova disso, ao finalizar êste discurso, quero citar uma afirmação de particular apoio a tudo o que se tem dito sôbre as relações intercontinentais. Trata-se de algo que vai além do que nos é permitido dizer e mais do que poderíamos esperar, em matéria de compreensão e franqueza. Se eu tivesse de formular de novo as bases da Operação Pan-Americana, teria usado essa frase como a mais significativa, a que melhor explicaria as nossas razões. Essa frase é a seguinte e faz parte de um discurso pronunciado em Pôrto Rico, em 15 de dezembro de1958: "Se não nos preocuparmos com nossos amigos dêste continente; se os considerarmos merecedores apenas de pouca atenção, a não ser numa

emergência; se os tratarmos paternalisticamente, referindo-nos à América Latina como nosso quintal; se insistirmos em uma atitude de achar que nós, norte-americanos, sabemos tudo, lançando água fria nas suas propostas de cooperação econômica, então poderá não estar longe o dia em que a nossa segurança estará mais em perigo nesta área do que nas mais distantes regiões do mundo, às quais temos dado nossa atenção."

Seu autor é o jovem Presidente eleito da República norte-americana, o então Senador John F. Kennedy. A carreira admirável e a fidelidade do Presidente Kennedy às suas idéias nos fortificam na convicção de que vai acontecer algo diferente, dentro em breve. É com emoção que faço, nesta última oportunidade em que o posso fazer na qualidade de Presidente da maior e mais populosa nação latina do mundo — um apêlo não só aos Estados Unidos, mas a todos os países da Europa, aos que estamos tão intimamente ligados, para que façamos todos uma tentativa de unificação do mundo democrático baseada na justiça, na compreensão e na renúncia a qualquer egoísmo esterilizante. Ou marchamos para uma era de criação de progresso, ou seremos forçados a renunciar a tudo aquilo que encarnamos e defendemos até aqui.

Saúdo o povo brasileiro, neste último dia do ano, e envio uma palavra de fé e de esperança a todos os homens de boa vontade, desejosos de paz, ansiosos pelo fim de tantas desigualdades de fortuna entre nações e seres humanos.